

07/01/2020

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Políticas sem rumo](#)

[TIROTEIO](#)

[Um por todos](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Um desejo para 2020](#)

O GLOBO - RJ

[Conselho Nacional de Educação passará por renovação neste ano](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Com demanda menor na faculdade, surge na praça o vendedor de cursos](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[UniNorte amplia EAD para 49 cursos](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Escola pública : equidade, coordenação, eficácia e coesão](#)

[Fundeb na pauta](#)

MEIO NORTE - PI

[Escolas públicas estão conectadas pela internet](#)

Agências de notícias e sites

PORTAL ISTOÉ

[Capes oferece 60 mil bolsas para a formação de professores](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Sidarta Ribeiro critica descaso com ciência: "ou Bolsonaro entende, ou sai"](#)

[Capes oferece 60 mil bolsas para a formação de professores](#)

G1

[Universidade de Fortaleza é referência na inclusão social de professores](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA CIÊNCIA

[Balanço da SBPC aponta "cenário desastroso" na ciência e pesquisa do Brasil](#)

[O futuro existe se estivermos juntos no presente](#)

O LIBERAL - PA

[MEC abre consulta pública para o Future-se, mas programa segue rejeitado](#)

PARA+

[UFPA lança edital para Mestrado Profissional em Atenção e Estudo Clínico no](#)

[Diabetes, curso inédito no Brasil](#)

RORAIMA EM FOCO

[IFRR DISPONIBILIZA NOVO VOLUME DE ANAIS DO FORINT PARA](#)

[VISUALIZAÇÃO](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Enade 2020 ocorre em 22 de novembro; veja os cursos que serão avaliados](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Laboratório da UFU em Uberlândia identifica composto que pode inibir zika vírus em quase 90%](#)

MACAÉ NEWS

[MEC vai dar bolsa Capes a universidades com bons resultados pelo Future-se](#)

MIDIAMAX

[Programa Future-se do Governo terá aberta pelo MEC nova consulta pública](#)

SÃO CARLOS AGORA

[Parceria que envolve a Embrapa São Carlos conquista mercados em 3 continentes](#)

TRIBUNA UNIÃO

[Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[O saldo da nova era](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Agência Brasil explica: saiba como se inscrever no Fies 2020](#)

DE FATO

[Brasil terá mestrado de estudos clínicos em diabetes](#)

PORTAL EXAME

[Fies 2020 abre inscrição em 5 de fevereiro e prevê oferta de 100 mil vagas](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Capes seleciona professores de inglês para curso nos EUA](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Fies 2020 vai oferecer 100 mil vagas: saiba como se inscrever](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Políticas sem rumo

Incapaz de desenvolver políticas próprias, bolsonarismo é marcado por paralisia e polêmicas vazias

Na educação, prevaleceu durante todo o ano uma mistura de polêmicas inócuas e inépcia administrativa. Véléz Rodrigues e depois Weintraub bradaram contra a cultura progressista das universidades e o conteúdo dos livros didáticos, mas não foram capazes de propor nenhum tipo de política própria.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2020/01/politicas-sem-rumo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

TIROTEIO

O governo quer que as escolas ensinem o menos possível e somente sua versão das ciências. Chamamos isso de doutrinação

Andressa Pellanda, coordenadora executiva da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, sobre a crítica de Bolsonaro a livros didáticos

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/01/07/lula-aconselha-petistas-a-evitar-briga-interna-por-candidatura-em-sp/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Um por todos

A demissão do chefe do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), Rodrigo Dias, em dezembro, desagradou não só ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que havia chancelado a nomeação, mas a outros líderes de partidos da centro-direita.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/01/07/lideres-de-partidos-de-centro-querem-indicar-novo-presidente-do-fnde/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Um desejo para 2020

O ARTIGO REFLETE EXCLUSIVAMENTE A OPINIÃO DA COLUNISTA

Há quem aproveite a virada de ano para fazer compromissos, são as resoluções de ano-novo. Há quem se concentre em desejos, preferencialmente após pular sete ondas ou comer sementes de romã, ou simplesmente fechando os olhos e resgatando sua fé enquanto os fogos iluminam o céu à meia-noite. Há quem faça os dois, afinal, porque correr o risco de deixar algo importante para trás?

Pois eu faço os dois, e nesta 1.^a coluna do ano exponho aqui o meu principal desejo para o Brasil de 2020: que o ano-novo seja o ano da educação pública. Que o País se mobilize em torno de uma agenda que coloque a melhora no aprendizado como prioridade absoluta de política. Não se trata de um desejo fácil. Afinal, os últimos anos, apesar de conquistas pontuais, não têm sido nada animadores se nos compararmos aos países que fizeram as necessárias reformas estruturais na área de educação. Ao contrário, colecionamos números medíocres que refletem nossa persistência num modelo exaurido e que, pelos seus resultados, vêm reforçando uma situação desigual e injusta econômica e socialmente.

As discussões recentes tampouco ajudam a trazer otimismo. Na educação básica, o projeto do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) empacou e precisará ser retomada em bases mais objetivas – e responsáveis. O Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado no fim dos anos 60 e que hoje concentra mais de R\$ 55 bilhões, precisa ser rediscutido e sua existência questionada, conforme bem provocou Marcos Mendes em sua coluna de 21 de dezembro na Folha de S. Paulo. No ensino superior, após o desastre do Fies, que hoje acumula um passivo de outros bilhões, reforça-se o conceito de que política pública feita sem avaliação e sem transparência tem de ser interrompida – e não ampliada. Junte-se a isso um gasto com pessoal que mais do que dobrou nos últimos anos no nível federal, num movimento de aparelhamento das estruturas administrativas na área de educação, feito à custa dos investimentos em pesquisa & desenvolvimento e também em infraestrutura e custeio. Não é à toa que universidades federais e estaduais – muitas com um número de câmpus que só o populismo irresponsável explica – estão à míngua.

Mas a solução para contrapor anos de uma agenda equivocada definitivamente não está na desorientação de uma agenda ideológica. Precisamos de projetos, precisamos de ação e acima de tudo precisamos de estratégia e priorização. Aqui, mais do que em qualquer outra área, a palavra reforma se coloca como necessária. Uma geração de alunos mal formados é uma geração que se perde. Já perdemos muitas, há que se evitar que percamos outras.

Há ações que precisam ser avaliadas. O Future-se pode ser uma delas, afinal atrair recursos privados para as universidades, desde que de forma independente e isenta, pode

vir a ser uma solução para a atual carência de recursos. Mas há que se ir muito além. Quais são as prioridades do governo para a área de Educação? Para onde deverão ir os recursos do FNDE? Quais os projetos de curto, médio e longo prazos que nos levarão a resultados melhores de aprendizagem? Como faremos para atrair, selecionar e capacitar professores que terão de dar conta de um novo tempo, novas tecnologias e novas mídias? Nossas crianças e jovens estão sendo estimulados a desenvolver competências e capacidades mais amplas? Como garantiremos a ampliação no acesso a creches para que todas as crianças tenham os estímulos necessários na primeira infância – e suas mães possam se manter no mercado de trabalho e se desenvolverem profissionalmente? Como coordenar de forma eficiente as diversas políticas públicas de educação entre os diferentes entes da federação? Essas perguntas precisam ser respondidas por meio de ações – e não de bravatas infantis nas redes sociais. Como bem aponta o relatório da comissão criada na Câmara de Deputados, coordenada pela deputada Tabata Amaral e relatada pelo deputado Felipe Rigoni, para avaliar as ações do Ministério da Educação, completamos um ano de paralisia naquela que deveria ser nossa agenda mais importante.

Meu desejo para o Brasil é, portanto, um só: que tenhamos um futuro melhor. E para que isso se realize dependemos, fundamentalmente, de uma educação pública de melhor qualidade. Mas para que esse desejo não se transforme em uma mera ilusão e, como tantas resoluções, tenha de ser resgatado novamente na virada do próximo ano-novo, é necessário que a educação passe a ser levada a sério pelo governo.

A educação do País precisa de ações, e não de bravatas infantis nas redes sociais

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Conselho Nacional de Educação passará por renovação neste ano Especialistas temem guinada conservadora no órgão, responsável pela normatização de políticas importantes para a área; metade dos 24 conselheiros terá mandato encerrado

O Conselho Nacional de Educação (CNE), responsável pela normatização de políticas importantes para a área, passará por uma renovação significativa neste ano. Dos 24 conselheiros do órgão, 12 terão o mandato vencido, e seus substitutos serão escolhidos pelo governo. A mudança na composição do CNE acendeu o alerta entre atores da área, de especialistas a membros do legislativo, que temem uma guinada conservadora no órgão.

A maior parte dos conselheiros que terminarão mandato ao final do primeiro semestre pertencem à Câmara de Educação Básica, que se debruça sobre temas que vão do ensino infantil ao médio. Sete membros poderão ser substituídos pelo governo nessa câmara. Já na de ensino superior, cinco cadeiras ficarão vagas. O governo pode reconduzir ao cargo conselheiros que estão no primeiro mandato, mas a aposta é de que o executivo escolha representantes mais alinhados às políticas governamentais.

—O CNE tem um papel bastante importante na normatização da educação, atuou em políticas fundamentais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a definição de diretrizes de formação docente. Observando as indicações feitas para o MEC, vemos que corremos o risco de uma ascensão conservadora. Sem dúvida as nomeações estarão mais suscetíveis a esses grupos—opina Anna Helena Altenfelder, presidente do conselho de administração do Cenpec, uma das organizações da sociedade civil mais

atuantes na área. — O CNE se caracteriza por ser um órgão bastante republicano e democrático, que promove o diálogo, a grande preocupação é uma composição conservadora passar por cima disso.

Segundo decreto emitido em 1999, ao menos metade das indicações para integrar o colegiado deve ocorrer por meio de uma lista de nomes apresentada por entidades representativas da área, mas cabe ao Ministério da Educação (MEC) definir quais serão essas organizações. Nos últimos anos, entidades representativas como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e o Conselho Nacional de

Secretários de Educação (Consed) compuseram a lista. O ministro da Educação seleciona os candidatos e apresenta os nomes elegíveis ao presidente, responsável por nomeá-los.

‘BASE DE SUSTENTAÇÃO’

Para o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), há espaço para que o MEC faça nomeações desconsiderando instituições que historicamente participaram do processo. Alencar é membro da Comissão de Educação da Câmara e foi presidente do Consed durante a discussão da BNCC. Na época, o CNE e o governo sofreram fortes pressões da bancada evangélica do Congresso para exclusão de temas sensíveis, como a questão de gênero. Termos relacionados ao assunto acabaram retirados do texto final da Base.

—Essa questão de representação das entidades como era historicamente feito no conselho não vai contar desta vez. Esse é um perfil desse governo — critica Alencar, que pretende propor à Comissão de Educação um acompanhamento sobre o processo.

Um dos membros restantes do conselho cujo mandato não termina em 2020, o educador Mozart Neves Ramos, que foi cotado para assumir o MEC na transição e acabou sendo desconvocado após pressão de grupos conservadores, opina que é crucial para o governo nomear ao menos as indicações da Undime e do Consed. Ramos argumenta que ambas as entidades são fundamentais para implementar no âmbito municipal e estadual as políticas definidas pela União.

—Para qualquer gestão do MEC, é fundamental que haja base de sustentação com Undime e Consed. A bancada evangélica tem seus interesses, eles vão se movimentar e vão ter possíveis indicações, mas acredito que Consed e Undime vão manter seus indicados, porque, independentemente de quem for o ministro, ele sabe da importância disso.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Com demanda menor na faculdade, surge na praça o vendedor de cursos

Parecido a um corretor de seguros, novo profissional orienta e capta alunos

A redução no volume de matrículas, nos últimos anos, em especial na graduação presencial, fez surgir, no mercado, uma nova profissão: vendedor de cursos. Este profissional se assemelha a um corretor de seguros e vem se firmando como mais um canal de captação de alunos para as instituições de ensino que, muitas vezes, não conseguem preencher todas as vagas.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), em 2018, as faculdades privadas tinham 364 mil vagas remanescentes na graduação presencial - ou seja, não foram preenchidas via vestibular. Esse número é reflexo da queda de 20% no número de novos alunos e da evasão de estudantes, entre 2015 e 2018.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/01/07/com-demanda-menor-na-faculdade-surge-na-praca-o-vendedor-de-cursos.ghtml>

topo ↕

A CRÍTICA - AM - GERAL

UniNorte amplia EAD para 49 cursos

Inscrições online do vestibular para a modalidade Educação à Distância (EAD) já estão abertas na instituição

A UniNorte anunciou o lançamento de 49 cursos de graduação na modalidade Educação à Distância (EAD). A instituição, que recentemente passou a integrar o Grupo Ser Educacional, irá oferecer cursos nas áreas de saúde, humanas e exatas, 100% EAD, a partir do primeiro semestre de 2020. As inscrições para o vestibular estão abertas e podem ser feitas no site <https://vestibular.uninorte.com.br>. Após a inscrição será gerado o cartão de confirmação, indicando o dia, local e horário da prova.

Para quem deseja iniciar o ano estudando, a UniNorte está oferecendo condições especiais, com matrícula por R\$ 49,90 e desconto de até 60% em todo o curso. Dos 49 cursos lançados, 16 possuem aulas práticas em laboratórios. A UniNorte tem uma infraestrutura moderna, com mais de 70 laboratórios para a prática acadêmica. A reitora da instituição, Nilzete Santiago ressaltou que a graduação EAD possui diversas vantagens, principalmente, para quem precisa conciliar os estudos com outras atividades.

“O EAD é uma ferramenta importante para que as pessoas consigam se capacitar tendo total controle do seu tempo, sem precisar se deslocar”, disse. Outro diferencial da graduação EAD é valor da mensalidades que pode chegar a ser 50% mais barato que os cursos presenciais. Na modalidade, o estudante ainda conta com interação com tutores e outros estudantes, para tirar dúvidas e fazer network. As aulas são ministradas através de vídeos.

Cursos nas áreas de saúde, humanas e exatas estarão no formato EAD

Na UniNorte o aluno contará com um tutor guardião, diferencial exclusivo da instituição. O tutor é responsável por acompanhar o aluno durante todo o curso e ajudá-lo a manter o ritmo dos estudos. Segundo a reitora, uma das características fundamentais desse modelo de ensino é que o aprendizado acontece em diversas plataformas.

O computador deixa de ser a única opção e o aluno ganha a chance de aprender em qualquer lugar, até mesmo pelo celular ou tablet. “Um dos conceitos diferenciados do EAD é o de sala de aula invertida. É uma metodologia ativa, em que o estudante se torna responsável por construir o próprio conhecimento”, destacou a reitora da UniNorte.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Escola pública : equidade, coordenação, eficácia e coesão

Sociedades permanecem muito desiguais quando não resolvem situações de “pobreza”. Ignoram o que seja o propósito republicano de gerar e garantir a igualdade razoável de oportunidades. Ainda que pratiquem a democracia eleitoral, a permanência de desigualdades inaceitáveis e a ausência de oportunidades resultam em uma negação em ato dos valores da própria democracia.

No Brasil, desde a abolição esse é o padrão recorrente de escolhas dos “donos do poder”. Exemplo atual disso? Aqui, as novas elites do serviço público fixaram uma nova forma de dominação social: a tirania de uma burguesia burocrática de Estado nutrida por privilégios de castas. Caminham na escuridão moral lado a lado com as castas de mercado que “legalmente” s o negam impostos. Donatários de dividendos não pagam imposto.

Os muito ricos (1% da população) e os ricos (5%) pagam na pessoa física alíquota de Imposto de Renda igual à do cidadão de classe média. No país, hoje, tem-se a impressão de que “o oportunismo compensa”. Tão ruinoso quanto, a educação básica estagnou em patamar muito baixo de aprendizado dos alunos. O reformismo fraco praticado por FHC, Lula e Dilma não ousou redistribuir estruturalmente poder social e renda. Constitucionalmente democrática, nossa sociedade nada tem de republicana. Somos uma democracia fraca.

Oportunidades são geradas e garantidas quando, primeiro, se institui e se perpetua política pública de educação básica de qualidade para todos, acrescida das chances para o prosseguimento de estudos posteriores (tecnológico ou acadêmico) para todos. São garantidas quando governos, em sucessão, universidades, empresários e trabalhadores pactuam contrato pelo desenvolvimento para crescer a produtividade do trabalho e financiar o bem-estar social e a redistribuição da renda. Esse é o caminho sustentável para a sociedade elevar o valor da renda-trabalho e praticar solidariedade.

Novas gerações dispõem de oportunidades quando os valores democráticos são consensuais e fortes o suficiente para bloquear a voz e a vez das subculturas pautadas por preconceito, além de bloquear a formação de castas nutridas pelo Tesouro público. Forma-se, assim, uma cultura política republicana. Nesse governo, temos um MEC tão avaro em ideias quanto pródigo no engajamento em fanfarronice ideológica.

Amesquinhou-se na posição de vent rílo quo deum governo promotor de guerra perpétua ideologicamente orientada para destruir os já frágeis consensos democráticos básicos inscritos na Constituição de 1988. É claro que esse quadro geral adverso e hostil dificulta construir e praticar educação de qualidade para todos. Contudo, não impede! Da década de 1990 até hoje avançamos no que concerne à inclusão escolar, um aspecto da equidade em educação. É um ponto de não retorno. Não obstante, sob diferentes governos democráticos de reformismo fraco, a escola de educação básica pública permaneceu sob situação de estagnação inercial no que concerne à qualidade do aprendizado.

Formamos coortes anuais e produziremos mais uma geração de analfabetos funcionais escolarizados! O fato novo é que há exceções notáveis. Pesquisas evidenciam que a escola e as boas práticas de política pública fazem a diferença! Exemplos: ao redor de Sobral, no Ceará, cerca de 40 municípios, alguns no Piauí, encontram-se entre os 100 melhores na educação básica no país, segundo o Ideb. Somos uma democracia

federativa. Nela, estados e municípios dispõem de capacidade decisória razoável para fazer e implementar escolhas e políticas públicas sustentáveis.

A Constituição de 1988 promoveu reforma forte no financiamento público da educação básica. Seja como for, persiste uma relativa escassez de recursos. O investimento por aluno ao ano é insuficiente e menor do que o praticado na Argentina, Chile e Uruguai. No entanto, semelhante a países desenvolvidos, investimos cerca de 5,7% do PIB em educação. Sem embargo, perseveramos na prática de iniquidades. Exemplo: cerca de 60% do orçamento do MEC destina-se ao ensino superior público federal, com apenas 2 milhões de alunos, por contraste com mais de 40 milhões de alunos da educação básica pública.

O custo-aluno ao ano de universidade federal é quatro vezes maior que o da educação básica pública. Mas a pior forma de escassez é a escassez de racionalidade ou de virtudes na gestão governativa da educação pública. Resulta em escassez de ideias, de resultados e de meios. A falsa consciência quer o controle dos meios sem compromisso com os fins. Sociedades democráticas e republicanas formam consenso verdadeiro sobre o que seja justiça como equidade. John Rawls sugere que a ideia de justiça como equidade é central na agenda da democracia. Qualquer grupo social pacífico que tem algum tipo de propósito razoável mantém-se estável quando resolve dois desafios: organizar a ação coletiva e gerar coesão interna.

A escola não é diferente. Instituição, existe para realizar propósitos. Para alcançá-los razoavelmente precisa formar consenso forte sobre quatro fundamentos: praticar justiça como equidade, coordenar as ações, agir com eficácia (cumprir promessas) e produzir confiança. Tem-se ética da responsabilidade e compromisso. A trindade justiça-coordenação- e ficá cia propicia a coesão. Gestão eficaz requer liderança e autoridade legitimada dia a dia no testemunho. Clareza de propósitos, trabalhar em equipe, fazer cumprir contratos e garantir a realização de objetivos e metas: é o cimento. Populismo em escola e investidura apenas eleitoral na direção escolar produzem consensos fracos. A boa escola é uma escola de democracia, de republicanismo e de forte compromisso com o aprendizado de excelência. Utopia?

- João Batista Mares Guias é sociólogo, ex-secretário de Educação de Minas Gerais e consultor em educação

[topo](#)

ESTADO DE MINAS - MG - EM DIA COM A POLÍTICA

Fundeb na pauta

O fundo de financiamento da educação básica no Brasil depende do Congresso Nacional aprovar a renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que perderá a validade em 31 de dezembro deste ano. Deputados e senadores podem tornar permanente e ainda aumentar a participação da União com mais investimento de verbas federais para manter o funcionamento de creches, educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação de jovens e adultos nos estados e municípios. Só em 2019, dos R\$ 248 bilhões aplicados nas escolas públicas do país, R\$ 156 bilhões (65% do total) saíram do Fundeb. O fundo recolhe verbas públicas e reparte o montante entre todas as 27 redes estaduais e 5.570 redes municipais de ensino. Ele é composto por 20% de diversas receitas, entre elas o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Escolas públicas estão conectadas pela internet

O Ministério da Educação (MEC) tem 445 escolas do Piauí incluídas no Programa Educação Conectada

Iniciar o período letivo de 2020 com todas as escolas da rede estadual conectados com a internet, anunciou o secretário de Educação, Ellen Gera, para o governador Wellington Dias, durante reunião realizada na manhã de ontem. Hoje, o Piauí já tem implantado 301 pontos conectados à internet com fibra óptica e a previsão é alcançar 582 pontos. Atualmente, estão em uso 281 pontos, contemplando as cidades de Teresina, Água Branca, Altos, Barras, Campo Maior, Buriti dos Lopes, Cocal, Esperantina, José de Freitas, Luzilândia, Oeiras, Parnaíba, Picos, Piracuruca, Piri-piri, Amarante, Floriano, Ilha Grande, Luís Correira e União.

O secretário Ellen Gera explicou que, além da cobertura de internet pelo Governo do Estado, através do PPP (Parceria Público-Privada) Piauí Conectado, o Ministério da Educação (MEC) tem 445 escolas do Piauí incluídas no Programa Educação Conectada. “Essas escolas, já neste ano, recebem valor de R\$ 500 para efetivar contratos locais de internet através do Programa de Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE). É o governo estadual modernizando a conectividade em todas as escolas no Estado e com o apoio do Governo Federal”, esclarece.

O gestor acrescenta que a Secretaria de Educação está articulando para que todas as escolas e gestores estejam conectadas à internet por meio de contratos locais. “Isso é importante para os setores administrativos, sistemas de gestão estadual, federal e também para o uso pedagógico”, diz. Para o governador Wellington Dias, o momento é para comemorar, pois o Piauí amplia o número de municípios conectados através do PPP Conectado. “Significa garantir para os setores público e privado 30 mega de velocidade.

Tínhamos vários municípios que não chegaram a um mega e agora aumentamos a capacidade em 30 vezes”, declara, enfatizando que com isso é possível trabalhar com tecnologias modernas nas escolas, hospitais, nas áreas de segurança, assistência técnica e outros setores do Estado. Segundo Wellington Dias, hoje há conectividade em 96 municípios onde passa fibra óptica através do contrato do Piauí Conectado e pode-se trabalhar com antena e rádios para chegar aos demais municípios da região. “Isso garante o barateamento. Já chegamos a pagar até R\$ 9 mil por mega, agora chegamos à casa de R\$ 92 por mega”, afirma Dias.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Capex oferece 60 mil bolsas para a formação de professores

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** publicou dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas, para a formação de professores da educação básica. O edital nº 01/2020 trata do Programa Residência Pedagógica e o edital nº 02/2020 é referente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O Residência Pedagógica é uma das ações da **Capex** que integra a Política Nacional de Formação de Professores por meio da vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de Licenciatura. O PIBID permite experiência

semelhante aos alunos de licenciatura, mas, na primeira parte do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior (IES), com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, disse que espera uma melhoria significativa nos resultados das avaliações para os próximos anos. "Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros", afirma o presidente.

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários. Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capes** de Educação Básica até 28 de fevereiro.

O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

* Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Sidarta Ribeiro critica descaso com ciência: "ou Bolsonaro entende, ou sai"

Em sua participação no Roda Viva de hoje, o neurocientista e professor Sidarta Ribeiro criticou o descaso e a falta de investimento na ciência por parte do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O professor afirmou que é preciso mudar a maneira de conduzir o orçamento para pesquisas científicas. "Se não mudar, a ciência do Brasil vai acabar. E tem que mudar rápido. Ou Bolsonaro entende isso, ou ele sai e deixa alguém que entende fazer", afirmou.

"Quando o Bolsonaro foi candidato e disse que ia investir 3% em ciência, todos os cientistas riram, porque nossa bandeira histórica era de 2%. Mas dissemos ótimo, vamos, que o ministro Marcos Pontes [da Ciência e Tecnologia] possa ser o guia dessa reformulação positiva. Não é o que está acontecendo. Os recursos já vinham em queda brutal, no governo Temer foi muito ruim, e no governo Bolsonaro é pior ainda. Está acontecendo uma humilhação da ciência brasileira que, literalmente, está se mobilizando para garantir a bolsa do mês que vem. Isso não é um discurso nacionalista, é um recurso de desmonte."

Quero saber qual é o nacionalismo que está envolvido em desmontar a ciência de um país. É preciso urgentemente que as pessoas se conscientizem que não haverá futuro se a gente continuar por esse caminho
Sidarta Ribeiro, neurocientista

Ribeiro revelou que diversos professores das universidades públicas brasileiras estão pagando as bolsas dos alunos com seu próprio salário para impedir que as pesquisas parem. "As pessoas estão trabalhando com pouquíssimo dinheiro. É muito difícil manter a moral da tropa", lamentou.

No ano passado, o ministro Paulo Guedes ordenou que verbas direcionadas para ciência e tecnologia fossem congeladas, assim os estudantes bolsistas da **Capes** e da Cnpq ficaram sem receber dinheiro por suas pesquisas.

O diretor do Instituto do Cérebro da Universidade federal do Rio Grande do Norte ainda defendeu o aumento de investimento privado na ciência brasileira, mas alertou que essa não é a única saída.

"A filantropia privada é importante, o investimento privado que visa lucro também é importante, mas a gente tem que ter clareza. Nos Estados Unidos o principal investidor em ciência é o governo".

Fuga de cérebros

Tendo estudado fora, mas escolhido se estabelecer e pesquisar no Brasil, Sidarta afirmou que não se arrepende da decisão. Ainda assim, ele alerta que existe uma "fuga de cérebros" em curso no país.

"Hoje em dia, o Brasil está formando gente em alto nível para mandar para fora do país", disse ele.

Para o professor, a resposta para o descaso com a ciência e os questionamentos a fatos comprovados está na falta de investimento em educação.

Se você tem uma educação de qualidade, ninguém vai chegar na idade adulta achando que a Terra é plana

"Como a gente quer construir um país decente se não faz o básico? Na Argentina, há 100 anos, tiveram uma revolução educacional. Os cientistas têm que fazer divulgação científica, é importante e faço. Mas o problema não começa ali. Começa no ensino fundamental muito ruim, no ensino médio muito ruim. O que é ensino fundamental à distância senão uma grande irresponsabilidade. As crianças vão receber educação de seus pais que também não sabem absolutamente nada?", questionou.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capex oferece 60 mil bolsas para a formação de professores

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)** publicou dois editais que ofertam mais de 60 mil bolsas, para a formação de professores da educação básica. O edital nº 01/2020 trata do Programa Residência Pedagógica e o edital nº 02/2020 é referente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

O Residência Pedagógica é uma das ações da **Capex** que integra a Política Nacional de Formação de Professores por meio da vivência prática dos formandos dentro da sala de aula na segunda metade do curso de Licenciatura. O PIBID permite experiência semelhante aos alunos de licenciatura, mas, na primeira parte do curso.

Cada programa oferecerá 30.096 bolsas para até 250 instituições de ensino superior (IES), com duração de até 18 meses, sendo um mínimo de 60% delas voltadas para as áreas consideradas prioritárias: alfabetização, biologia, ciências, física, língua portuguesa, matemática e química.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, disse que espera uma melhoria significativa nos resultados das avaliações para os próximos anos. "Um professor bem formado, motivado, capacitado, qualificado, certamente terá um impacto muito grande na vida dos estudantes brasileiros", afirma o presidente.

As instituições participantes poderão formar um núcleo composto por um Coordenador Institucional, cuja bolsa é de R\$1.500, um docente orientador ou coordenador de área, que receberá R\$1.400, três preceptores, ou professores supervisores, com benefício de R\$765, até 24 beneficiários do Residência Pedagógica e do PBID, com auxílio de R\$400, além de seis voluntários. Todos devem incluir seus currículos e mantê-los atualizados na Plataforma **Capes** de Educação Básica até 28 de fevereiro.

O prazo para cadastro dos projetos se encerra em 2 de março, o resultado final da seleção será divulgado até 10 de abril e o início das atividades se dará no dia 14 do mesmo mês.

* Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universidade de Fortaleza é referência na inclusão social de professores Segundo dados do MEC, instituição está entre as 21 universidades brasileiras que apresentam maior taxa de profissionais ativos que possuem alguma deficiência
Números coletados pela revista Quero, mostram que no Brasil, 21 universidades com mais de 500 professores no corpo docente possuem ao menos 1% de profissionais com esse perfil atuando em sala de aula. Os números, são baseados nos dados do Centro de Educação Superior de 2018, disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC).

A Universidade de Fortaleza faz parte da lista que reúne as 21 universidades com maior taxa de inclusão de professores com deficiência, apresentando 13 profissionais atuando ativamente em sala de aula.

Ainda segundo dados do MEC, o Brasil apresenta apenas 1.731 professores com algum tipo de deficiência, número que representa 0,44% do total de professores no Ensino Superior brasileiro. Os dados evidenciam a necessidade social que deve ser destinada a esta problemática, tornando necessário conhecer o olhar de quem vive essa experiência diariamente.

Sala de aula é lugar para todos!

Willer Cysne é professor da Universidade de Fortaleza há 10 anos e instrutor de libras há 22. Ele iniciou a carreira como instrutor na ASCE-Associação de Surdos do Ceará, e depois atuou no ICES-Instituto Cearense de Educação dos Surdos, CAS e FENEIS.

“Na profissão como instrutor, pude adquirir uma boa experiência de ensino, porém, na Universidade, enriqueci minha metodologia de ensino através das oficinas e orientações

pedagógicas que a instituição oferece”, relata Cysne.

Formado em Pedagogia, História e Letras-Libras, Willer ministra a disciplina de Libras, que é aberta a todos os cursos. “A Universidade me estimula a aprender, crescer pessoalmente e profissionalmente com as oficinas, cursos, palestras, seminários e orientações. Tenho contato com professores de diversas áreas. Temos momentos de trocas de conhecimentos que tornam essa experiência muito mais gratificante”, enfatiza o professor.

Quando questionado sobre como os espaços universitários podem aprimorar a comunicação em libras, Willer destaca a obrigatoriedade do ensino da Libras.

“No âmbito acadêmico no Brasil, é preciso a obrigatoriedade deste ensino, nos cursos da medicina, enfermagem, na área da saúde em geral, pois, a lei torna obrigatória a disciplina de Libras apenas no curso da fonoaudiologia e educação física. É importante que exista uma lei que exija a formação em libras para esses profissionais, para que se tenha uma boa comunicação no momento de atendimento”, completa o professor.

Professora e pesquisadora na área da psicologia clínica e transtornos mentais, com pós-doutorado em Antropologia Médica pela Harvard Medical School, Virginia Moreira atua há 20 anos, como professora titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza.

Além disso, ela também trabalha como psicoterapeuta em seu consultório em Fortaleza. “As pesquisas que desenvolvo na Universidade de Fortaleza com os meus alunos de doutorado, mestrado e graduação, me mantêm sempre muito atualizada teoricamente. Por outro lado, a experiência clínica de consultório me possibilita um ensino da prática clínica cotidiana”, explana Moreira.

Durante sua trajetória, em 2017 a professora sofreu um acidente que agravou algumas dificuldades de locomoção, já existentes por conta de uma paralisia infantil. Desde então, necessitou de alguns cuidados especiais no campus.

Sobre a inclusão na Universidade, Virgínia destaca que não vê problemas em possuir, mais recentemente, alguma limitação física leve em seu trabalho cotidiano.

“Acredito que a Universidade de Fortaleza é receptiva à minha situação atual. Em minha experiência, nosso ambiente é de respeito e acolhimento das dificuldades, na medida do possível”, completa a pesquisadora.

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Balço da SBPC aponta “cenário desastroso” na ciência e pesquisa do Brasil Elaborado pela Comissão de Financiamento à Pesquisa de Política Científica da SBPC, o balanço aponta “um verdadeiro desmonte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), com graves consequências para o desenvolvimento social e econômico brasileiro”

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) divulgou, no último dia 19 de dezembro, um balanço da política científica brasileira em 2019. O documento teve pouca repercussão na mídia tradicional, cada dia mais voltada para o escândalo do dia e para a pauta dos costumes.

Elaborado pela Comissão de Financiamento à Pesquisa de Política Científica da SBPC, o balanço aponta “um verdadeiro desmonte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), com graves consequências para o desenvolvimento social e econômico brasileiro”. Segundo o documento – http://portal.sbpcnet.org.br/wp-content/uploads/2019/12/cartilha_manifestos_SBPC_online.pdf – os casos mais críticos estariam no eixo de fomento à pesquisa, com a redução de recursos para a **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e o bloqueio de até 90% dos recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), colocados em uma Reserva de Contingência.

O relatório afirma que em 2019 CNPq e **CAPES** retiraram mais de 15 mil bolsas do sistema e os cerca de 80 mil bolsistas do CNPq passaram por uma ameaça de não pagamento das bolsas no segundo semestre.

O corte de recursos para o FNDCT bloqueou a chamada de novos projetos para financiamento, comprometendo linhas fundamentais como a de manutenção e aquisição de equipamentos para a infraestrutura das instituições de pesquisa, o Edital Universal do CNPq e o apoio à inovação nas empresas, via a subvenção econômica e recursos reembolsáveis.

O documento qualifica de “cenário desastroso” o quadro resultante do corte de verbas para a ciência e a pesquisa no País e apresenta uma lista de 23 ações estratégicas para reverter a situação, entre elas a meta de 2% do PIB para o setor até 2022.

Ao estrangulamento financeiro somaram-se propostas de fusão do CNPq e **CAPES** e de extinção do FNDCT, sem qualquer estudo que fundamentasse esses objetivos, baseadas apenas no fiscalismo que move a área econômica e no ressentimento anticientífico de setores do governo.

Bonifácio

topo 

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

O futuro existe se estivermos juntos no presente

Nova edição do Jornal da Ciência impresso faz um balanço das potencialidades e dos desafios da ciência brasileira para 2020. O PDF da publicação pode ser acessado gratuitamente

Se os percalços de 2019 nos levaram a questionar o que será do amanhã, temos também esperança de que existem saídas para o futuro. Elas devem ser buscadas e construídas coletivamente. Existe futuro porque temos um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia consolidado, com instituições de pesquisa e agências de fomento que contribuíram fortemente para o avanço da Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I) no País, como se pode observar pela produção científica brasileira de alto nível, com impactos relevantes.

Nesta edição do Jornal da Ciência fazemos o necessário balanço de nossas potencialidades. Destacamos a resposta aos cortes orçamentários e a criação da Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), movimento organizado pela comunidade acadêmica e científica para atuação permanente junto aos parlamentares no Congresso Nacional, em Assembleias Legislativas e Câmaras

Municipais, em prol do desenvolvimento científico e tecnológico. Representantes das entidades que compõem a ICTP.br colaboraram com esta publicação com suas visões sobre como pensar o futuro diante do cenário de escassez e retrocessos. E, principalmente, como podemos criar condições para seguir avançando.

Mostramos os avanços na área de nanotecnologia em entrevista exclusiva com um dos maiores expoentes da área, o professor Oswaldo Luiz Alves, da Unicamp. Respondemos ao recrudescimento do racismo com a edificante história dos estudantes pardos e negros que finalmente passaram a ser maioria nas universidades, graças a políticas públicas escoradas em estudos científicos. As ciências sociais estão ajudando o País a refletir sobre os efeitos do relaxamento da atual legislação sobre o controle do acesso a armas de fogo. Também colocamos em discussão o risco de retrocesso em batalhas na área da saúde pública que já tinham sido dadas como vencidas por instituições brasileiras de excelência, como a Fiocruz e o SUS.

Ou seja, a base científica e tecnológica conquistada ao longo de décadas nos faz pensar que temos futuro para a ciência brasileira, sim, mas a crise atual da CT&I pode inviabilizar essa esperança. Os recursos para CT&I foram reduzidos ou bloqueados – chegaremos a 2020 com o menor orçamento da última década. As missões das agências de fomento estão sendo questionadas, com a possibilidade de fusão da **Capes** e do CNPq, de desmantelamento da Finep e a extinção do FNDCT. Apesar disso, graças às manifestações conjuntas de nossa comunidade científica e à atuação de parlamentares, conseguiu-se que o orçamento do MCTIC voltado para a ciência fique imune a contingenciamentos posteriores.

Com muito esforço, estamos conseguindo fazer com que essa imensa engrenagem da ciência brasileira continue em movimento. Neste ano de grandes desafios e crescentes ataques ao conhecimento e às instituições científicas, nos manifestamos com veemência em defesa da autonomia de nossas universidades, da liberdade de ensinar e aprender, da qualidade e importância da ciência que é produzida aqui no Brasil, da valorização de todas as áreas do conhecimento. Batalhamos pela liberação total dos recursos que garantiriam o pagamento das bolsas dos nossos mais de 200 mil pesquisadores brasileiros. Nos dirigimos a deputados, senadores, ministros, governadores, STF e presidente da República por melhores políticas ambientais, educacionais, científicas e tecnológicas, pelo respeito à Constituição, pela democracia e pelo Estado de Direito.

O futuro não está dado. Sua construção depende de nós.

Boa leitura e que tenhamos um 2020 com mais conquistas!

Ildeu de Castro Moreira, presidente da SBPC

Fernanda Sobral, vice-presidente da SBPC

O PDF da edição “Existe Futuro?!” do Jornal da Ciência é aberto a todos e pode ser acessado neste link.

Jornal da Ciência

topo ↕

O LIBERAL - PA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

MEC abre consulta pública para o Future-se, mas programa segue rejeitado
Entidades ligadas à educação superior pública temem a iminente privatização das instituições. E convocam debate amplo com a sociedade sobre o programa.

O Ministério da Educação (MEC) abriu uma consulta pública sobre o programa "Future-se". O prazo para envio de sugestões é até o dia 24 deste mês. Só que entidades ligadas ao ensino superior público seguem rejeitando as propostas do programa. A principal preocupação é com a possível privatização das instituições. Sindicatos e associações vêm defendendo um debate amplo com a sociedade, já que o programa pode alterar, profundamente, o caráter social das universidades e institutos.

A participação pode ser feita por meio de envio de e-mail para o endereço futurseconsulta@mec.gov.br ou pelo site. O lançamento da consulta foi publicado na edição do dia 3 de janeiro, do Diário Oficial da União (DOU). Pela definição do MEC, o Future-se "...tem o objetivo de aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais, por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups".

Ainda na definição do MEC, as instituições têm liberdade de escolher aderir ou não ao programa. Só que o Governo Federal vem tomando decisões que parecem forçar à adesão. Essa é a avaliação de Edivania Alves, diretora adjunta da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa). Essa é também a avaliação do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Edivania observa que o Governo Federal, no ano passado, fez um contingenciamento de recursos das universidades. Isso levou a uma onda de protestos por todo o Brasil, que ganhou o nome de "Tsunami da Educação". No final de 2019, o governo apontou a prioridade da liberação de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para as universidades que aderirem ao Future-se. O texto reformulado do projeto, após as primeiras consultas públicas, críticas e discussões com parlamentares e representantes do poder público, inclui as fundações de apoio no processo.

A proposta visa dar maior segurança jurídica na relação entre instituições de ensino e as fundações de apoio, fomentando a captação de recursos próprios, diz o MEC. A forma de financiamento está mantida. O novo texto ressalta, porém, que as receitas provenientes das fontes privadas são adicionais e não substituem as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as instituições federais de ensino superior. Entidades consideram que programa está sendo imposto para atender interesses da iniciativa privada. Apesar de o ministério garantir que vem discutindo o programa com a sociedade e abrindo consultas públicas desde o ano passado, Edivania afirma que ainda faltam debates. Ainda no posicionamento de entidades ligadas à educação superior pública, o programa fere o artigo 207, da Constituição Federal de 1988, que determina: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". "Na sua centralidade, o programa atenta para a privatização das instituições de ensino superior e institutos. Não há mudanças substanciais positivas. O Governo Federal vem mostrando um viés autoritário e antidemocrático — pois quer interferir na eleição dos reitores —, e contra a educação, a ciência e o pensamento crítico. Só uma consulta pública não resolve os problemas do programa, que precisam ser discutidos amplamente. Afinal, as propostas do Future-se

afetam o papel social da universidades", analisa a representante da Adufpa. A iniciativa privada, reforça Edivania, tem muito interesse na estrutura física e intelectual das universidades públicas. Daí o interesse e apoio de grupos a programas como o Future-se, que alteram a forma como se dão convênios com instituições privadas (que já existem na rotina das universidades atualmente). Ela, citando a posição nacional das entidades ligadas à educação superior pública, percebe a intenção de forçar as universidades e institutos a fazer esses convênios para manter a própria receita. E passar a cobrar por serviços diversos, sem o caráter social. "90% do conhecimento, da pesquisa e da tecnologia vêm das universidades públicas. O papel da universidade é devolver conhecimento e serviços à sociedade. Por isso, o Conselho Superior Universitário da UFPA rejeitou, por unanimidade, o Future-se.

A campanha de sindicatos e associações ligadas à educação é de que toda a população rejeite esse programa. Educação não é gasto. É investimento. A população e o governo precisam entender isso. Não é com programas como o Future-se que se resolve os problemas da educação", conclui Edivania. MEC diz que Future-se alivia dependência financeira das universidades. O programa Future-se foi lançado em 17 de julho de 2019, com uma proposta de dar maior autonomia às instituições federais de educação superior, que hoje dependem, praticamente, apenas do orçamento da União. Na data de lançamento, o programa entrou em pré-consulta pública. Foram mais de 40 dias para recebimentos de sugestões e quase 60 mil cadastros.

"Sustentabilidade financeira e responsabilidade com o futuro são pilares da iniciativa. O fomento à captação de recursos próprios, à pesquisa, ao empreendedorismo e à internacionalização são pontos-chave. As instituições participantes do Programa poderão ter acesso a recursos de fundos constitucionais, leis de incentivos fiscais, microcrédito produtivo orientado e fundos patrimoniais", diz o MEC. O Future-se, afirma o MEC, "...tenta tornar mais eficiente práticas já existentes. As instituições já contam com receitas próprias — cerca de R\$ 1 bilhão de universidades, institutos e hospitais universitários somados. Mas os recursos não apresentam retorno direto para as atividades por conta de limitação legal. O dinheiro arrecadado vai para a Conta Única do Tesouro. A proposta do MEC visa à desburocratização do recebimento dessa verba". O MEC garante que as universidades e os institutos federais não serão privatizados e não haverá cobrança de mensalidades dos alunos.

[topo](#)

PARA+ - TEMPO REAL

UFPA lança edital para Mestrado Profissional em Atenção e Estudo Clínico no Diabetes, curso inédito no Brasil

A Universidade Federal do Pará aprovou na **CAPES**, em julho deste ano, o primeiro mestrado do Brasil voltado diretamente à área dos estudos clínicos em diabetes. O curso de mestrado profissional em Atenção e Estudo Clínico no Diabetes oferece 20 vagas para profissionais da área da saúde, sendo quatro delas reservadas para o Programa de Apoio à Qualificação dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos (PADT-UFPA). As inscrições se iniciam no dia 02 de janeiro e seguem até 05 de fevereiro. Confira aqui o edital completo.

A equipe do Barros Barreto e o reitor da UFPA, Emmanuel Tourinho, celebraram a abertura do processo seletivo durante a cerimônia de inauguração dos novos ambulatórios do hospital, ocorrida no último dia 11. "Parabênizo a equipe do ambulatório de Endocrinologia, sob a liderança do professor João Felício, pelo esforço

em concretizar este mestrado, que será, sem dúvida, um grande avanço para a pesquisa em saúde na universidade, qualificando também os nossos servidores”, afirma Emmanuel Tourinho.

“O diabetes é uma doença que atinge 13 milhões de pessoas no Brasil, por isso, é muito importante que profissionais na área da saúde investiguem os vários aspectos da doença, a fim de proporcionar, por meio de estudos científicos, melhores possibilidades de tratamento para essas pessoas”, afirmou o professor da faculdade de Medicina da UFPA, João Felício. O hospital Barros Barreto é referência no tratamento da diabetes e contribui para a produção de conhecimento científico sobre a doença na região. Além de coordenar o curso, o professor Felício também é o pesquisador responsável pelo grupo de pesquisa clínica em diabetes do hospital Barros Barreto, que atualmente atende cerca de 1.000 pacientes por mês, proporcionando o tratamento e acompanhamento dessas pessoas.

Para a Superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA/Ebserh, Regina Feio Barroso, além de o curso ser inédito no Brasil, a estrutura oferecida pelo hospital Barros Barreto oferecerá aos novos pós-graduandos a oportunidade de exercer atividades práticas ambulatoriais. “A missão da universidade em seus hospitais é formar profissionais qualificados para atender à população, por isso, este curso representa um ganho a mais para a região amazônica, tanto para os mestrandos quanto para os pacientes que serão atendidos com qualidade”, comemorou a gestora.

O mestrado terá duas linhas de pesquisa, que são: “Diagnóstico e tratamento de diabetes e suas complicações” e “Prevenção e qualidade de vida no diabetes”. As etapas da seleção compreenderão prova escrita, análise de projeto e análise de currículo. Para se inscrever, o candidato deve preencher a ficha de inscrição, realizar o pagamento da inscrição e apresentar a documentação exigida no edital.

Sobre a Ebserh – Vinculada ao Ministério da Educação, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares atua na gestão de hospitais universitários federais. O objetivo é, em parceria com as universidades, aperfeiçoar os serviços de atendimento à população, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e promover o ensino e a pesquisa nas unidades filiadas.

A empresa, criada em dezembro de 2011, administra atualmente 40 hospitais e é responsável pela gestão do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), que contempla ações em todas as unidades existentes no país, incluindo as não filiadas à Ebserh. O Complexo Hospitalar da UFPA integra a rede da Ebserh desde 2015.

Texto: Paola Caracciolo – Ascom do Complexo Hospitalar da UFPA/Ebserh

[topo](#)

RORAIMA EM FOCO - TEMPO REAL IFRR DISPONIBILIZA NOVO VOLUME DE ANAIS DO FORINT PARA VISUALIZAÇÃO

Já se encontra disponível para visualização o sexto volume dos Anais do VIII Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Roraima – Forint. A obra contempla trabalhos derivados de projetos de ensino, pesquisa e extensão apresentados no Fórum, que teve como tema “IFRR: Ciência, Tecnologia e

Inovação no fomento da **Inclusão Socioeconômica e do Desenvolvimento Sustentável**”, e foi realizado nos dias 28 e 29 de novembro de 2019, no Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR-CBVZO). Para conhecer, basta acessar o link: https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/anais_forint

O Forint possibilita trocas de experiências exitosas entre profissionais e estudantes, promovendo a socialização destes resultados junto à comunidade acadêmica de outras instituições de ensino, e à sociedade local. Em 2019 contou com uma programação que priorizou a ciência e a tecnologia desenvolvida no contexto amazônico, por meio de palestras sobre tecnologias sociais sustentáveis voltadas para o desenvolvimento regional na Amazônia, assim como o compartilhamento de conhecimentos e experiências dos servidores e alunos de todas as unidades do IFRR.

Foram oito minicursos e três oficinas, além da programação cultural que envolveu a comunidade acadêmica de todos os Campi. No evento, ocorreu também a I Mostra Científica de Práticas Pedagógicas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica do IFRR/Capes. Ao todo, o VIII FORINT reuniu 658 participantes, dos quais 111 participaram de minicursos e oficinas. 239 trabalhos das diversas áreas do conhecimento foram apresentados, em formato de banner, durante os dias de realização do evento.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Enade 2020 ocorre em 22 de novembro; veja os cursos que serão avaliados
Exame é destinado a estudantes concluintes da graduação; edição deste ano
examinará 30 áreas de formação superior**

SÃO PAULO – O Ministério da Educação (MEC) informou que o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2020 ocorrerá no dia 22 de novembro. O edital da prova está disponível no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 6.

O Enade é destinado a estudantes concluintes de cursos de graduação. Interessantes também são inscritos, mas não fazem o teste. De acordo com o MEC, somente alunos habilitados que realizaram a prova podem obter o diploma de graduação.

Nesta edição, serão avaliados estudantes vinculados a 30 áreas de formação superior, por meio de cursos tecnológicos, de bacharelado e de licenciatura. Os estudantes habilitados para o Enade deverão ser inscritos pelas instituições de educação superior vinculadas ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

“O exame avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial”, afirmou, em nota, o ministério.

O MEC informou que em breve o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Enade, divulgará o edital com cronograma, prazos, procedimentos técnicos e responsabilidades das instituições de educação superior e dos estudantes.

Confira quais cursos serão avaliados no Enade 2020:

Áreas relativas ao grau de licenciatura:

Artes Visuais;
Ciência da Computação;
Ciências Biológicas;
Ciências Sociais;
Educação Física;
Filosofia;
Física;
Geografia;
História;
Letras-Inglês;
Letras-Português;
Letras-Português e Espanhol;
Letras-Português e Inglês;
Matemática;
Música;
Pedagogia;
Química.

Áreas relativas ao grau de bacharel:

Ciência da Computação;
Ciências Biológicas;
Ciências Sociais;
Design;
Educação Física;
Filosofia;
Geografia;
História;
Química;
Sistemas de Informação.

Áreas relativas ao grau de tecnólogo:

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação;
Tecnologia em Redes de Computadores.

G1 - TEMPO REAL

Laboratório da UFU em Uberlândia identifica composto que pode inibir zika vírus em quase 90%

Resultados dos testes foram publicados na revista internacional Scientific Reports. Entenda o procedimento da pesquisa, seus efeitos e as graves condições que o vírus pode causar.

Cientistas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) identificaram um composto sintético derivado do ácido antranílico que é capaz de reduzir a multiplicação do zika vírus em até 86%.

Os resultados parciais da pesquisa foram publicados em novembro na revista Scientific Reports, do grupo Nature, e divulgadas no site da universidade no dia 16 de dezembro.

Conforme a UFU, desde 2015, um grupo de pesquisadores cultiva células, infecta-as

com vírus de doenças como zika e chikungunya e testa substâncias que possam inibir a ação desses vírus.

“Nós testamos moléculas que foram isoladas da natureza, como compostos isolados de plantas do cerrado ou proteínas de peçonhas brasileiras, e também compostos que são desenvolvidos por laboratórios colaboradores com base em estruturas naturais”, explicou a coordenadora do estudo, professora Ana Carolina Gomes Jardim.

Casos na região

Uberlândia não tem nenhum caso de zika vírus registrado em 2019, mas em Minas Gerais foram pelo menos 725 casos prováveis da doença em 2019, sendo 168 em gestantes.

Casos prováveis de zika em gestantes foram registrados em 59 municípios: Uberaba (21), Belo Horizonte (18), Ribeirão das Neves (16), São Francisco (13), Contagem (7), Martinho Campos (7), Araguari (6), Janaúba (6) e Passos (4), os demais 50 municípios registraram, juntos, 70 casos.

Entenda os testes

Segundo a publicação, no Laboratório de Virologia, vinculado ao Instituto de Ciências Biomédicas (ICBIM/UFU), foram feitos os testes in vitro, com as células cultivadas.

Os testes foram feitos com vírus produzidos em laboratório com a mesma sequência genética do zika vírus brasileiro, mas com um gene extra que sintetiza uma proteína que emite luminescência na presença de um substrato, o que permite aos cientistas observarem a atividade desse vírus.

O composto sintético FAM E3, capaz de inibir a ação do zika vírus, foi desenvolvido com base na estrutura natural de uma planta do cerrado.

“Nós infectamos as células na presença desse composto e comparamos com uma célula infectada que não foi tratada. Então, percebemos que existe uma redução da infectividade do vírus a níveis muito parecidos com uma célula não infectada”, afirmou Jardim.

Os pesquisadores da UFU identificaram, inclusive, em qual parte do ciclo de vida do zika vírus o composto FAM E3 agiu. Na próxima etapa, os testes serão com animais.

Zika

O zika é um arbovírus (vírus transmitido por picadas de insetos) cujo vetor é o mosquito *Aedes aegypti*. Segundo o Ministério da Saúde, a doença pelo vírus zika apresenta risco superior a outras arboviroses, como dengue, febre amarela e chikungunya, para o desenvolvimento de complicações neurológicas, como encefalites, Síndrome de Guillain Barré e microcefalia.

Entidades de pesquisa

O estudo foi desenvolvido em parceria com o Laboratório de Fisiologia Integrativa e Nanobiotecnologia Salivar (ICBIM/UFU) e o Laboratório de Nanobiotecnologia, do Instituto de Biotecnologia (IBTEC/UFU).

O composto testado foi sintetizado pelo Laboratório de Química Verde e Medicinal da

Universidade Estadual Paulista (Unesp), de São José do Rio Preto, coordenado pelo professor Luis Octávio Regasini.

A pesquisa foi desenvolvida com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e do Fundo Newton, um recurso da agência britânica The Royal Society. Os pesquisadores da UFU passaram por treinamento no Reino Unido e na Estônia.

topo ↕

MACAÉ NEWS - NOTÍCIAS

MEC vai dar bolsa Capes a universidades com bons resultados pelo Future-se

O Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial nesta sexta-feira (3) a minuta do programa Future-se que será submetida à consulta pública. O texto prevê, entre outros pontos, que universidades que aderirem ao programa e alcançarem os resultados exigidos terão preferência na concessão de bolsas de estudo oferecidas pela **Capes**.

Diferentemente da versão anterior, onde havia a previsão de "benefícios especiais", o novo texto adota a nomenclatura "benefícios por resultados". Os indicadores de resultado serão estabelecidos pelo MEC após ouvir as universidades e institutos federais. Nesse ponto, o Future-se determina que as universidades que alcançarem resultados esperados receberão recursos orçamentários adicionais entre outros pontos:

"Os benefícios por resultado compreendem o recebimento de recursos provenientes do Fundo de Investimento do Conhecimento, a possibilidade de aporte patrimonial das instituições participantes a esse Fundo e de recursos orçamentários adicionais consignados ao Ministério da Educação, e a concessão, preferencial, de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes** aos participantes do Programa Future-se."

O texto do projeto de lei que estabelece o Future-se ficará disponível para consulta pública até o dia 24 de janeiro. Depois disso, o MEC deve finalizar o documento e encaminhá-lo ao Congresso Nacional. Essa é a terceira versão do texto a vir a público. Trechos polêmicos do programa foram retirados após ampla repercussão negativa na comunidade acadêmica, foi o caso da cláusula que vinculava a adesão ao Future-se à redução de gasto com pessoal.

O novo texto do Future-se institui ainda a figura do "Comitê gestor", responsável por supervisionar o programa. O grupo será composto por representantes das universidades e institutos, do Ministério da Economia, do MEC, e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Fonte: Último Segundo

topo ↕

MIDIAMAX - TEMPO REAL

Programa Future-se do Governo terá aberta pelo MEC nova consulta pública

Programa Future-se do Governo terá aberta pelo MEC nova consulta pública. O Ministério da Educação (MEC) abriu nova consulta pública sobre o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – o chamado Future-se,

proposta do governo que, entre outros pontos, cria um fundo de natureza privada para financiar as universidades e institutos federais. A consulta ficará aberta até o dia 24 de janeiro de 2020, por e-mail futurseconsulta@mec.gov.br e pela página do programa na internet.

Esse fundo contará, inicialmente, com R\$ 102,6 bilhões. A intenção é que esses recursos financiem pesquisa, inovação, empreendedorismo e internacionalização das instituições de ensino. Para participar, as universidades institutos federais têm que manifestar interesse em aderir ao programa.

A operacionalização do Future-se ocorrerá por meio de contratos de gestão firmados pela União e pela instituição de ensino com Organizações Sociais (OSs). As OSs são entidades de caráter privado que recebem o status “social” ao comprovar eficácia e fins sociais, entre outros requisitos.

Lançado em julho do ano passado, o Future-se já havia passado por uma pré-consulta pública. Na ocasião, a proposta recebeu mais de 50 mil contribuições. De acordo com o ministério, o objetivo do Future-se é “aumentar a autonomia financeira, administrativa e de gestão das universidades e dos institutos federais por meio do fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups.”

Entre as alterações na nova minuta do anteprojeto de Lei do Future-se é a de que os participantes do Future-se terão preferência na concessão de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A proposta diz ainda que as receitas provenientes de fontes privadas não vão substituir as dotações orçamentárias regulares enviadas pelo governo para as universidades e institutos federais. O texto reformulado inclui as fundações de apoio às universidades no processo, visando dar maior segurança jurídica nas relações entre os entes, fomentando a captação de recursos próprios.

De acordo com o MEC, a nova consulta é mais uma “possibilidade de ouvir a população — e especialistas em educação — antes do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional, onde haverá mais uma ampla rodada de debates.”

topo 

SÃO CARLOS AGORA - TEMPO REAL

Parceria que envolve a Embrapa São Carlos conquista mercados em 3 continentes

A parceria entre a Embrapa Instrumentação e a FIT – Fine Instrument Technology, ambas localizadas em São Carlos (SP), trouxe importantes resultados na aplicação da Ressonância Magnética Nuclear (RMN) no agronegócio, em 2019 - quando o Centro de Pesquisa completou 35 anos (em dezembro).

Depois da assinatura - durante a maior feira do agronegócio brasileiro, a Agrishow (Ribeirão Preto – SP) - de um contrato para licenciamento do “Equipamento de Ressonância Magnética Nuclear para análise não-destrutiva da qualidade de alimentos”, o SpecFit foi vendido no Brasil e na América do Sul, Europa e Ásia.

A tecnologia é capaz de analisar amostras em segundos, sem destruí-las e sem deixar resíduos químicos, ao contrário dos métodos tradicionais, que usam solventes e o tempo

de avaliação é superior a quatro horas. Outra vantagem da técnica é a possibilidade de integração com outros sistemas, maquinários e internet das coisas (IoT, na sigla em inglês).

Soma de competências

Os três aparelhos exportados, um para cada país - Colômbia, Holanda e Malásia - a 45 mil dólares cada, mais a instalação, são exemplos de sucesso da junção de competências entre o setor público, representado pela pesquisa agropecuária, e a iniciativa privada.

De um lado, o conhecimento de uma equipe de cientistas altamente qualificada, que tem à frente o pesquisador Luiz Alberto Colnago, com mais de três décadas de estudos no desenvolvimento da metodologia e instrumentação de RMN para o agro.

A ousadia em romper paradigmas o levou a conquistar o Prêmio **Capes** de Tese edição 2019, na área de Química, cuja entrega ocorreu em Brasília (DF), em dezembro, junto com Flávio Vinícius Crizóstomo Kock, seu orientado de doutorado no Instituto de Química de São Carlos - USP.

Do outro, a expertise técnica e mercadológica da empresa privada FIT na construção do equipamento. Da união surgiu o SpecFIT, nome comercial do aparelho de RMN de baixo campo, robusto e que pode ser transportado, características consideradas como os maiores desafios da pesquisa.

Daniel Consalter, diretor de Tecnologia, diz que a aceitação se deve à rapidez da análise, qualidade dos resultados e serviço oferecido. “Entregamos relatórios que são usados para monitorar o processo e que podem usados como laudo. O nosso suporte é um grande diferencial que vem sendo cada vez mais elogiado e sendo um ponto de decisão entre nós e a concorrência”, afirma.

Além de atender países como a Malásia, no sudoeste asiático, segundo maior produtor mundial de óleo de dendê, atrás da Indonésia, a inovação tecnológica chegou primeiro às indústrias brasileiras, produtoras de óleo de palma, como também é conhecido o óleo de dendê.

Impacto no mercado brasileiro

O Brasil ocupa a quinta posição no ranking mundial, com a produção concentrada no estado do Pará, de acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma). Quatro aparelhos de RMN atendem atualmente a região Norte do País.

“Dado que o Brasil produz 300 mil toneladas de óleo de palma e o SpecFit proporciona aumento de rendimento de 2%, estima-se um impacto potencial de R\$ 12 milhões por ano. Além disso, o melhor rendimento econômico das indústrias pode melhorar também a remuneração dos produtores rurais”, explica o chefe-geral da Embrapa Instrumentação, João Naime.

Para atender aos mercados interno e externo, a FIT está ampliando o quadro de funcionários, dobrando a área física da empresa, e projetando novas aplicações e negócios.

Com o aporte de recursos da aceleradora NTAgro e do programa Pesquisa Inovativa em

Pequenas Empresas (PIPE) da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), a empresa pretende desenvolver novos aparelhos aplicados às análises de alimentos frescos, como frutas, e industrializados, entre eles, azeite e vinho.

“O nome Embrapa carrega um grande peso de credibilidade tecnológica, mas as portas se abrem além disso. Divulgação, atração de investimento e parcerias são valores que a Embrapa nos traz, que não vêm de qualquer cooperação”, afirma Consalter.

topo ↕

TRIBUNA UNIÃO - TEMPO REAL

Após ano turbulento, por que 2020 será decisivo para a educação no Brasil

Desde o dinheiro que financia a maior parte da educação básica pública e mudanças na formação de professores, até o modelo de funcionamento das universidades federais e a própria permanência do ministro da Educação no cargo. Esses são alguns dos temas que devem dominar os debates educacionais do Brasil em 2020, depois de um ano turbulento em um dos ministérios mais importantes do país.

Em 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub assumiu o Ministério da Educação (MEC) em abril, com o objetivo de "acalmar os ânimos" depois das polêmicas envolvendo seu antecessor, Ricardo Vélez. As polêmicas, porém, estavam longe de terminar: primeiro, o MEC teve um contingenciamento de verbas de cerca de R\$ 6 bilhões (segundo o ministério, esse dinheiro já foi liberado), à espera da reforma da Previdência e por causa do que o ministro chamou de "situação dramática do país do ponto de vista fiscal".

Quem primeiro sentiu os efeitos foram as universidades federais, que tiveram recursos congelados e foram alvo de acusações, por parte de Weintraub — sem que tenham sido oferecidas provas concretas —, de "balbúrdia" e de terem "plantações de maconha" e "laboratórios de drogas".

O ensino superior foi afetado também pelo congelamento do orçamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que levou ao corte de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Segundo a **Capes**, o orçamento da instituição já foi restaurado.

Na educação básica, o panorama tampouco foi alentador. Um relatório preliminar de uma comissão de educação formada por 50 deputados, tornado público em novembro pelo jornal Estado de S.Paulo, concluiu que "o planejamento e a gestão do MEC (estão) aquém do esperado", sem que haja "priorizações, clareza nas metas, prazos ou responsáveis para as ações propostas".

O MEC se disse "aberto ao diálogo" e afirmou que áreas técnicas estão analisando o relatório para avaliar possíveis contribuições a ele. Sobre as opiniões de especialistas citadas na reportagem abaixo, o ministério afirmou que não se manifestaria.

Essas discussões provavelmente vão se estender ao longo de 2020, ao lado de questões decisivas para a educação brasileira no ano que vem. Veja a seguir algumas delas: Fundeb, o fundo bilionário da educação que vai expirar

Audiência pública sobre o Fundeb na Câmara, em junho; existe um impasse em torno de o quanto a União deve contribuir ao fundo © Luis Fortes/MEC Audiência pública sobre

o Fundeb na Câmara, em junho; existe um impasse em torno de o quanto a União deve contribuir ao fundo

A maior parte (cerca de 60%) dos gastos na educação pública brasileira vem do Fundeb, um fundo bilionário de dinheiro público que entrou em vigor em 2007, mas que, por lei, expira em 31 de dezembro de 2020. Ou seja, obrigatoriamente até o final do ano que vem, governo e Congresso têm de aprovar o que vai acontecer com o Fundeb — caso contrário haverá uma desordem total no pagamento de salários de professores, manutenção e construção de escolas etc.

"Sem o Fundeb seria o caos absoluto, porque a maior parte dos municípios depende do fundo para garantir a folha de pagamento", explica à BBC News Brasil Binho Marques, que foi secretário de Educação e governador do Acre pelo PT e hoje é gestor de políticas públicas.

É que estamos falando de muito dinheiro: em 2018, o Fundeb contou com R\$ 150 bilhões, sendo 90% deles pagos por Estados e municípios (via impostos como ICMS) e 10% pagos pelo governo federal.

A discussão sobre o Fundeb se estendeu por boa parte de 2019 no Congresso, mas sem um consenso. Um relatório preliminar apresentado pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora do tema na Câmara, prevê que o dinheiro injetado pelo governo federal aumente desses atuais 10% para 15% a partir de 2021 e, gradativamente, chegue até 40%, desafogando assim Estados e municípios.

O governo federal, por enquanto, tem se recusado a aumentar sua contribuição para além de 15%, afirmando que chegar a 40% teria um impacto de R\$ 279,8 bilhões em seu orçamento até 2031. O MEC afirmou em dezembro que terá uma proposta própria para um novo Fundeb, que "leva em consideração a responsabilidade fiscal com as contas públicas ao mesmo tempo que garante um piso, tecnicamente recomendável, para garantir a boa educação de uma criança".

"Municípios e Estados precisam de mais recursos para fazer as escolas funcionarem e pagar salários", queixa-se à BBC News Brasil Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que defende que o governo federal chegue ao patamar de 40%. Ele argumenta que, diante dos recentes cortes orçamentários em outras áreas do MEC, é possível que, ficando apenas no patamar de 15%, os aportes do governo federal acabem, na ponta do lápis, menores do que eram antes.

Fundo bilionário da educação financia desde salários de professores até equipamentos nas escolas © Getty Images Fundo bilionário da educação financia desde salários de professores até equipamentos nas escolas

Diante do impasse, e considerando que o Congresso funcionará em ritmo reduzido no segundo semestre do ano que vem (por causa das eleições municipais), Cara prevê que é possível que o Fundeb acabe sendo prorrogado, em seu modelo atual, em vez de alterado. "Não é a pior alternativa — pior é não ter Fundeb", diz.

Para Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais da organização Todos Pela Educação, embora a discussão em torno do financiamento esteja travada, foi possível

encontrar convergência no Congresso em outros pontos relacionados ao Fundeb, por exemplo, melhorando a distribuição de dinheiro não apenas para os Estados mais pobres, mas também para municípios mais pobres dentro de Estados mais ricos. Mudanças na formação de professores

Melhorar a formação de professores é considerado crucial no Brasil, mas existe um grande debate sobre como colocar isso em prática.

O MEC acaba de homologar, em 20 de dezembro, uma resolução redigida por um órgão independente (embora associado ao ministério), o Conselho Nacional de Educação, com novas diretrizes para a formação de professores.

Essa resolução amplia a duração dos cursos de licenciatura (de 3 para 4 anos), obriga que ao menos 25% do curso seja presencial e dá mais ênfase na prática do dia a dia do ensino, e menos na teoria.

"A resolução induz os cursos (de Pedagogia e licenciaturas) a estarem mais voltados à prática em salas de aula e com estágios desde o primeiro ano, em linha com o que fazem os países com melhores resultados na educação", opina Nogueira, do Todos Pela Educação.

Resolução homologada pelo MEC prevê mudanças na formação de professores © Getty Images Resolução homologada pelo MEC prevê mudanças na formação de professores

Embora não haja um calendário claro de quando essas mudanças começarão a entrar em prática, a resolução diz quais competências são esperadas nos cursos de Pedagogia, o que deve levar a mudanças no Enade (exame que avalia os alunos de cursos de graduação) — isso, por consequência, induzirá mudanças nos currículos de Pedagogia das universidades, diz Nogueira.

Não há, no entanto, consenso em torno das ideias por trás da resolução, particularmente quanto a reduzir a teoria pedagógica.

"O professor sem teoria pedagógica é o mesmo que um engenheiro que não domina a matemática", opina Daniel Cara. "Falar que o ensino é distante da prática é não conhecer a realidade do ensino superior privado brasileiro, onde só tem prática. (O problema é que) os alunos chegam com um déficit enorme da educação básica, sem serem capazes de formular um argumento, sem saber as operações matemáticas. Como ele vai dar aula assim?"

Para Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe) da FGV Rio, "não é que a teoria não faça sentido, mas é preciso ter um diálogo maior entre teoria e prática" do que é feito hoje nas escolas. Embora considere a resolução positiva, ela vê como desafio principal colocar o novo currículo de professores em prática.

Ensino superior: Mudanças no EAD e no financiamento das federais

Em dezembro, o MEC publicou uma portaria permitindo que até 40% da carga horária de cursos superiores seja feita à distância (o chamado EAD, de "educação à distância"), à exceção de Medicina.

Antes, esse percentual era limitado a 20%, sendo ampliado a 40% apenas em alguns casos específicos. A portaria, segundo a agência Reuters, levou no mesmo dia a um aumento do valor, em bolsa, das ações dos grandes grupos de educação privada, que concentram a maior parte do ensino superior do país.

Educação à distância é mais barata e acessível, mas também é vista com ceticismo©
Getty Images Educação à distância é mais barata e acessível, mas também é vista com ceticismo

O modelo EAD é mais econômico para alunos e universidades, mas é visto com ceticismo por muitos especialistas em educação.

"Não é um problema o ensino adulto ter parte de seu currículo em EAD, (...) mas o aprendizado (humano) é muito vivencial — precisamos de um ambiente de aprendizagem e não temos ainda tecnologias adequadas que substituam com qualidade a mediação" feita pelo professor e pelo ambiente de sala de aula, opina Claudia Costin.

Enquanto isso, no ensino público, existe preocupação quanto à saúde financeira das universidades federais, que, segundo o MEC, já tiveram suas verbas liberadas, mas agora estão diante de outro polêmico projeto do governo: o Future-se.

O projeto foi apresentado pelo MEC como uma forma de "dar maior autonomia financeira a universidades e institutos (federais) por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo", de forma a complementar os orçamentos dessas instituições.

No entanto, desde o lançamento do projeto, em julho, surgiram críticas de reitores e especialistas quanto a se o Future-se não pode, na verdade, diminuir a autonomia das universidades, que passariam a depender mais do capital privado do que do público.

Por enquanto, porém, isso está no plano dos debates: ainda não se sabe se o Future-se vai vigorar, nem em que formato.

Segundo o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima, a ideia é enviá-lo como projeto de lei para tramitação no Congresso em 2020. O objetivo, diz ele ao site do MEC, é "reduzir as iniquidades que existem hoje no planejamento orçamentário" entre as universidades do país.

"A ideia é que, com o Future-se, a gente tenha receitas adicionais de caráter privado. Aproximando as instituições federais de ensino superior ao setor produtivo que garante o aumento das nossas taxas de sucesso, de concluintes e, ao mesmo tempo também aumenta a empregabilidade dos nossos alunos."

Escolas cívico-militares

Segundo o MEC, em 2020 começarão a funcionar 54 escolas cívico-militares em 23 Estados e no Distrito Federal, em um projeto-piloto em parceria com o Ministério da Defesa.

"Começam a funcionar já na volta às aulas. É um modelo que acreditamos que vai ter

um amplo sucesso no Brasil", afirmou em novembro o ministro Abraham Weintraub, prometendo orçamento de R\$ 1 milhão para cada escola. O plano é implementar 216 instituições do tipo até 2023.

É prevista a atuação de militares da reserva na administração de escolas, mas também não está claro qual será o nível de interferência deles na área pedagógica.

Existem, também, iniciativas estaduais: a Bahia, por exemplo, tem atualmente, segundo levantamento da Folha de S. Paulo, 83 escolas militarizadas, em parceria de prefeituras com a PM sob o governador Rui Costa (PT).

É um modelo bastante questionado por especialistas, desde sua viabilidade em âmbito nacional até sua essência.

"Entendo a motivação por trás das escolas cívico-militares (de promover a disciplina nas escolas), mas se essa disciplina robotizar os alunos, eles não aprenderão as competências para, no futuro, não serem substituídos por máquinas no mercado de trabalho", afirma Claudia Costin. "No curto prazo, ela pode melhorar as notas dos alunos, mas não os prepara para o mundo. É pelo protagonismo juvenil que se consegue disciplina."

"É um programa bastante tímido do ponto de vista de escala" para um país do tamanho do Brasil, afirma Nogueira, do Todos Pela Educação. "Ainda bem, na verdade, porque é uma solução equivocada em política pública de larga escala. Pese ao desafio de segurança nas escolas, o modelo proposto vai contra ao que sistemas de excelência (no mundo) preveem."

Prédio da UFRJ em foto de 2015; neste 2019, contingenciamento de verbas afetou funcionamento das universidades federais © Fernando Frazão/Agência Brasil Prédio da UFRJ em foto de 2015; neste 2019, contingenciamento de verbas afetou funcionamento das universidades federais

Outro perigo, opina Binho Marques, é que essas escolas acabem recebendo um aporte desproporcional de recursos do MEC, deixando menos para as demais. Se isso ocorrer, "será muito dinheiro gasto com poucos, o que aumenta a desigualdade", diz.

Nogueira e Costin afirmam que o Brasil já tem modelos melhores de educação no ensino médio, como o de educação integral implementado em Pernambuco e hoje em expansão para outros Estados, que prevê ensino com projetos e disciplinas eletivas e conexão entre os sonhos de vida dos alunos e o conteúdo ensinado na escola.

"É uma solução mais passível de escala e que consegue oferecer um ambiente melhorado, com disciplina, mas seguindo a lógica de dar boas condições de trabalho (a alunos e professores) e um bom esforço pedagógico", diz Nogueira. Permanência do ministro em discussão

Abraham Weintraub tem sido apontado por colunistas de política como um dos ministros que poderiam ser trocados por Jair Bolsonaro — algo que o presidente tem negado publicamente.

"No meu entender, (Weintraub) está sendo excelente. Tem certos jornalistas criticando (mas) está tudo bem", disse, segundo o Estado de S. Paulo, em 18 de dezembro.

Especialistas em educação, no entanto, são críticos tanto ao estilo combativo do ministro, quanto à própria gestão no MEC.

Abraham Weintraub em audiência na Câmara em dezembro, para explicar declarações polêmicas sobre plantações de maconha em universidades federais © Luis Fortes/MEC
Abraham Weintraub em audiência na Câmara em dezembro, para explicar declarações polêmicas sobre plantações de maconha em universidades federais

Para Olavo Nogueira, do Todos Pela Educação, a educação brasileira não está parada, mas isso tem ocorrido "a despeito do MEC, que está ausente da produção de políticas efetivas. Foi lançada pelo governo uma Política Nacional de Alfabetização, mas na melhor das hipóteses temos um documento reunindo evidências, que não dá para chamar de política efetiva. Não está claro como ela como chegará nos alunos, quais são suas metas, plano de ação ou orçamento".

"Mantido o atual ministro, o foco será o uso do MEC para a promoção da plataforma político-ideológica do governo Bolsonaro, e isso é muito ruim", opina Nogueira.

Daniel Cara, porém, avalia que Weintraub tem se fortalecido como um nome próximo ao clã Bolsonaro em São Paulo, região onde o presidente perdeu importantes aliados quando rompeu com seu antigo partido, o PSL.

"O que me angustia é que o debate está muito dedicado a criticar o ministro, e não ao governo como um todo, quando na verdade o ministro cumpre com uma agenda de governo e é fiel a ela", opina.

Binho Marques diz que outra preocupação do setor é com a possibilidade de que se acabe com o patamar mínimo que Estados e municípios têm que investir em educação e saúde — segundo a Folha de S. Paulo noticiou em outubro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda medida do tipo, que desobrigaria governos a investir nessas áreas.

"Foi um ano de grande retrocesso para a educação", opina Marques, citando também o fim (ainda na gestão Vélez) da secretaria do MEC responsável por promover inclusão e igualdade na educação.

Weintraub, por sua vez, tem dito que o MEC sob Bolsonaro promove "gestão, eficiência e respeito ao pagador de impostos".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

O saldo da nova era

Quanto o país foi para trás nas questões sociais e quanto avançou na economia com a volta da direita ao poder

Em 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro assumiu como o 38º presidente do Brasil prometendo uma "nova era". O até então deputado federal (por 28 anos), sem passagem por cargo executivo, afirmou no discurso de posse que iria se pautar pela vontade de cidadãos "que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos", que "exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico", que "sonham com a liberdade de ir e vir,

sem serem vitimados pelo crime".

Acenou ainda um "ciclo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico". Garantiu que o setor agropecuário seguiria "desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente".

Passado um ano, os empregos não vieram, a economia cresceu menos que nos anos anteriores, o desmatamento tornou o país um vilão ambiental aos olhos do mundo e áreas como educação, saúde, meio ambiente, ciência e cultura sofreram com cortes e estatísticas ruins.

Resultado: a avaliação de Bolsonaro conseguiu ficar pior que a de Fernando Collor, o presidente que confiscou a poupança dos brasileiros logo que assumiu. A última pesquisa do Datafolha, na primeira semana de dezembro de 2019, revelava que 36% desaprovavam seu governo, enquanto 30% aprovavam. Com isso, Bolsonaro tornou-se o presidente com pior avaliação após 12 meses de seu primeiro mandato, superando Collor, que fechou 1991 com 34% de "ruim/péssimo".

A pesquisa revela que a saúde é apontada como a questão mais problemática do país (19% apontam espontaneamente), seguida por educação (14%), segurança (13%) e desemprego (13%). Mas, afinal, os números do país corroboram a percepção popular? O TAB se debruçou sobre alguns dos principais indicadores do país para saber quais números cresceram ou diminuíram na tal "nova era".

Crises ambientais

Em 2019, o Brasil lidou com duas de suas maiores crises ambientais: o rompimento de barragens em Brumadinho e manchas de óleo que se espalharam a partir do litoral nordestino. Mas a gestão Bolsonaro ganhou protagonismo na comunidade internacional por outro desastre: o crescimento do desmatamento na Amazônia Legal.

Para Bolsonaro, o desmatamento é "cultural no Brasil" e não acabará. De fato, muito já foi desmatado no país, como mostra o mapa abaixo com o desmatamento (em amarelo) acumulado na Amazônia Legal entre 2008 e 2018.

No entanto, o desmatamento na Amazônia cresceu muito no último ano. Foram 9.762 km² desmatados entre 1 de agosto de 2018 e 31 de julho de 2019. O número representa um aumento de 29,5% em relação ao período anterior e é o maior em desde 2008. E olha que esse levantamento não contabilizou o pico das queimadas em agosto e setembro.

Amazônia ameaçada

Além de confrontar ONGs e ativistas ambientais como Greta Thunberg e Leonardo DiCaprio, Bolsonaro e seus ministros — em especial Ricardo Salles, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) — tomaram uma série de medidas que colaboram para o aumento do desmatamento.

Entre as ações estão a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas do MMA; a extinção da Subsecretaria Geral de Meio Ambiente, Energia e Ciência e

Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores; a transferência do SFB (Serviço Florestal Brasileiro) do MMA para o Ministério da Agricultura; a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas do MMA; redução do número de conselheiros do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente); exoneração e substituição lenta e incompleta dos 27 superintendentes estaduais do Ibama.

Para Ricardo Abramovay, professor sênior do Instituto de Energia e Meio Ambiente da USP e autor de uma série de livros sobre a Amazônia, o discurso de Bolsonaro funciona como uma chancela ao desmatamento. "Nunca houve antes, em nenhum governo democrático brasileiro, a ideia de que pode desmatar com o argumento de que quem estaria protegendo a Amazônia seriam os interesses estrangeiros e a indústria da multa. Isso nunca tinha acontecido na história democrática. E a consequência é, além da mudança de pensamento, o completo desmantelamento dos órgãos de fiscalização. Isso também nunca aconteceu antes", diz.

Política da arminha

Uma das principais bandeiras de Bolsonaro, como candidato e presidente eleito, foi a segurança pública. É também a área do Ministério da Justiça, de Sérgio Moro, o ministro mais popular do governo Bolsonaro (aprovado por 53% dos entrevistados pelo Datafolha).

O governo federal chega ao fim do ano com crescimento da letalidade policial e queda dos homicídios. As duas principais políticas federais nesse campo foram os decretos de Bolsonaro para flexibilizar o acesso a armas e o pacote anticrime, de Moro, aprovado com 11 vetos da Câmara.

Ainda não há um balanço final sobre os homicídios ao longo de 2019. No entanto, o Monitor da Violência revela que, entre janeiro setembro, o número de crimes violentos no país foi 22% menor do que em 2018 (ano que também já havia registrado queda em relação a 2017).

Já a letalidade policial — isso é, o número de pessoas mortas pela polícia, aumentou nos primeiros nove meses em relação a 2018 (saltando de 2.766 para 2.886). Além disso, o Brasil nunca importou tantas armas quanto agora — foram 37,3 mil revólveres importados nos primeiros oito meses de 2019, contra 17,5 mil nos oito primeiros meses de 2018, segundo dados do ministério da Economia.

As facções e os números

Para Melina Rizzo, diretora do Instituto Igarapé (think tank concentrado em questões de segurança), no entanto, não é possível estabelecer causalidade entre movimentos do governo federal e queda do número de crimes violentos — uma vez que as mudanças nos números de homicídios acontecem de formas diferentes em cada estado. "Há muitas coisas acontecendo e cada estado tem uma dinâmica muito particular", diz. " Quando cai o índice de violência todo mundo quer ser responsável. E quando sobe é o contrário", completa.

Rizzo explica que em 2017 o número de homicídios no país atingiu níveis recordes principalmente por conflitos entre facções. Essas tensões foram atenuadas em 2018, quando a queda de crimes violentos foi de 12,8% — a maior em 11 anos. "O ano de 2017 foi muito fora da curva, com matanças entre organizações criminosas que

começaram nos presídios e extrapolaram", diz.

Para Risso, há alguns méritos no governo atual, como investimentos em investigação e inauguração de centros de inteligência integrada. Ela elogia também algumas propostas do pacote anticrime, como o banco nacional de perfis balísticos e o banco nacional biométrico, e políticas como o fortalecimento da integração do Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública).

Ainda assim, a especialista vê com preocupação uma série de políticas do governo atual que, no médio prazo, não só podem levar a um novo crescimento do número de homicídios, como também mais aumento na letalidade policial. "Bolsonaro tem uma obsessão perigosa com armas de fogo. E todas as evidências científicas mostram que quando aumenta a disponibilidade de armas, aumenta a violência", diz. Além disso, Risso critica discursos e projetos que incentivam violência policial. "O agente se sente autorizado pelo governo a ser violento", comenta. Completa a lista de riscos para a segurança pública a exclusão de pessoas que pensam diferente do governo em conselhos deliberativos do governo federal. Os impactos ainda serão medidos pelo tempo.

A lenta recuperação da economia

A economia cresceu, mas não acelerou, apesar de toda a empolgação do mercado financeiro com a agenda do ministro da Economia, Paulo Guedes. No início de 2019, o mercado previa o PIB (Produto Interno Bruto) crescendo a 2,5%, mas as projeções nos últimos dias de 2019 apontavam um crescimento do PIB de 1,1% (menor do que em 2017 e 2018, quando o crescimento foi de 1,3%).

"Bolsonaro teve a vantagem de assumir com uma economia estável. O governo Temer fez toda a estruturação na política monetária, cambial e fiscal para estabilizar a economia. Ainda estamos saindo de uma recessão, com crescimento moderado", avalia Jackson Teixeira, coordenador do curso de ciências econômicas da PUC-PR.

Ainda assim, Bolsonaro assumiu carregado por uma expectativa que não correspondeu à realidade. "Os agentes econômicos estavam exageradamente otimistas. Mas ao longo do ano acontece Brumadinho, problemas econômicos na Argentina, guerra comercial entre EUA e China, Brexit parado etc. Isso reduziu a pressão inflacionária e incentivou o governo a cortar juros para tentar estimular a economia", diz Roberto Dumas, professor do Insper e do Ibmecc. É nesse contexto que a Selic, a taxa de juros, chegou à baixa histórica de 4,5% ao ano.

Emprego é o último a aparecer

Uma das principais estatísticas que ficou estagnada, no entanto, é a do desemprego. Ao final de novembro, mesmo com o aquecimento da economia puxado pelas vendas de fim de ano, havia 11,9 milhões de desempregados no Brasil. Com isso, a taxa de desemprego ficou em 11,2%. No mesmo período do ano anterior, a taxa era de 11,6%.

Além disso, a informalidade cresceu. Em novembro o IBGE registrou alta histórica (desde que começou a contagem, em 2012) de trabalhadores por conta própria: 24,6 milhões de autônomos. Com isso, a população ocupada informal atingiu 38,8 milhões de pessoas.

"O emprego é a última coisa a melhorar. A economia precisa pegar mais tração para o

empregador se sentir confiante o suficiente para contratar. E em 2020 não teremos nenhuma grande alegria nesse sentido", diz Dumas.

O emprego informal é ruim, na avaliação de Teixeira. "Tem o lado positivo de a pessoa ainda ter alguma fonte de renda, mas no geral é uma ocupação que não ajuda a melhorar de vida no médio e longo prazo. É um rendimento baixo e inseguro", diz.

"Tem duas formas de se reverter o desemprego alto. O primeiro é o crescimento econômico para eliminar a capacidade ociosa. Mas há um desemprego relacionado à microeconomia, que é relacionado à produtividade. E esse se resolve com qualificação profissional. Por mais que a gente volte a crescer nos próximos anos, o desemprego ainda será alto enquanto a qualificação não se resolver", avalia Teixeira.

Para Teixeira, a confiança na economia oscilou durante o ano devido a políticas econômicas pragmáticas ao lado de discursos infelizes de Bolsonaro. "A reforma da previdência e o discurso de um Estado responsável, sem déficits públicos elevados gera confiança no governo. Ainda há um banco central muito responsável e claro, atuando com a redução nos juros para estimular o investimento. Os rentistas vão ter que se arriscar mais, o que estimula o empreendedorismo no país — é o que chamamos de investimento produtivo. Por outro lado, a retórica do governo, com o posicionamento lamentável de alguns ministros, gera insegurança muito grande. Além disso, o governo tem agenda de curto prazo, mas não sabemos qual é a de longo prazo. Precisamos de um planejamento para o país no longo prazo, na educação principalmente."

A educação faltou

O ministério da Educação foi ocupado por dois seguidores de Olavo de Carvalho ao longo de 2019. O colombiano Ricardo Vélez Rodríguez ficou no cargo até abril, quando Bolsonaro o demitiu dizendo que ele não tinha "tato político". Quem o sucedeu foi Abraham Weintraub, também chancelado pelo guru da família Bolsonaro e colecionador de polêmicas na pasta.

Weintraub ameaçou cortar verbas de universidades que "estariam promovendo balbúrdia", mirando especialmente na UFF (Universidade Federal Fluminense), UFBA (Universidade Federal da Bahia) e UnB (Universidade de Brasília). Também acusou (sem evidências) universidades públicas de manterem plantações de maconha. Fez reiterados deboches com Paulo Freire, patrono da educação brasileira, e vídeos irônicos para debochar de cortes em bolsas de pesquisa. E, paradoxalmente, cometeu recorrentes erros de português.

Ele congelou bolsas de pesquisa financiadas pela **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. E, embora tenha anunciado o descongelamento como "criação de novas bolsas", ao menos 7.590 bolsas **Capex** (8% do total) seguem congeladas e sem perspectiva — já que o orçamento da pasta será menor em 2020.

Menos Brasília e menos Brasil

Para Gregorio Grisa, doutor em educação e pós-doutor em sociologia pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), o represamento de verba que aconteceu ao longo de 2019 na pesquisa é preocupante. "O contingenciamento da área educacional é nocivo em todos sentidos, gera insegurança em alunos e pesquisadores. A

descontinuidade pode ser sinônimo de fim em alguns casos. Na questão das bolsas, diante dos movimentos da **Capes** e do CNPQ, me parece que há outro fator envolvido: o atual governo despreza algumas áreas do conhecimento, em especial as humanas. Há a clara intenção de reduzir bolsas ligadas a essas áreas, penso que isso seguirá sendo tentado nos próximos anos, infelizmente. O volume de recursos que envolve bolsas é muito baixo no Brasil, não se justifica o contingenciamento expressivo", diz.

Mesmo que o governo tenha argumentado que a prioridade seria a educação básica em detrimento da superior, ele pouco fez nessa área. Na avaliação de Daniel Barros, administrador público e autor do livro "País Mal Educado - Por que se aprende tão pouco nas escolas brasileiras?", o MEC foi negligente com o ensino médio e com a nova BNCC (Base Nacional Curricular Comum). "Parte do desafio no MEC era dar continuidade a políticas que estavam sendo desenvolvidas antes da transição governamental e que dependem de muito apoio do governo federal. Destaco aqui a implementação do Novo Ensino Médio, cuja regulamentação foi finalizada em dezembro de 2018 com a parte do ensino médio da BNCC. O funcionamento dessa reforma educacional tão relevante depende fundamentalmente de apoio técnico e financeiro do MEC para os Estados. Isso não aconteceu", diz.

Para Barros, o governo também deu pouca atenção ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). "Teve papel pouco relevante na discussão do novo Fundeb nos estados e municípios. O discurso de mais Brasil e menos Brasília poderia ter se materializado aqui com maior contribuição da União para o fundo (hoje apenas 10% vem do governo federal), mas o MEC combateu uma ampliação mais agressiva como sugerida pelo Congresso. Por outro lado, não apresentou uma proposta do que acha que seria adequado", afirma.

Para Grisa, é falsa a lógica do atual governo que com mais gestão não se precisa de tanta verba. "É um argumento estranho falar que a educação não precisa de recursos, mas sim de gestão. O Brasil precisa dos dois", sintetiza.

topo 

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Agência Brasil explica: saiba como se inscrever no Fies 2020

Criado em 2001, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação que tem como objetivo financiar, com juro real zero, no mínimo 50% da mensalidade em cursos de universidades particulares para estudantes de baixa renda. Em 2020, a oferta do programa é de 100 mil vagas.

Assim como no ano passado, neste ano o Fies terá uma edição em cada semestre. No primeiro semestre de 2020, as inscrições, que são gratuitas, ficarão abertas de 5 de fevereiro até as 23h59 de 12 de fevereiro. Os interessados devem acessar o site do programa e fazer um cadastro vinculado ao seu CPF.

Pode se candidatar o estudante de família com renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos e que tenha realizado qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde 2010, desde que tenha obtido ao menos 450 pontos de nota média. O candidato também não pode ter zerado a redação.

Os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, também podem participar do processo seletivo

do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

Pelo calendário do MEC, o resultado da primeira pré-seleção do Fies será divulgado em 26 de fevereiro. Quem não for pré-selecionado ainda pode ter uma segunda chance, ficando em uma lista de espera para o caso de algum pré-selecionado não confirmar sua inscrição.

A classificação é feita com base na nota do Enem, sendo dada preferência a quem nunca cursou nenhum curso superior. O candidato pode selecionar até três cursos de seu interesse que tenham vagas no Fies.

P-Fies

Numa outra modalidade, chamada de P-Fies, pode se inscrever o estudante que tenha renda familiar bruta mensal um pouco maior, de até cinco salários mínimos.

Nesse caso, as condições do financiamento, a juros mais baixos, são negociadas com algum agente financeiro que fica responsável pelo contrato.

Para se inscrever no P-Fies no primeiro semestre de 2020, o estudante ainda precisa atender aos mesmos critérios do Fies juro zero: nota mínima de 450 pontos nas provas do Enem e não ter zerado a redação.

A partir do segundo semestre de 2020, porém, poderão se inscrever no P-Fies qualquer estudante, sem a exigência de realização do Enem ou limite de renda familiar. As mudanças no programa foram anunciadas em dezembro pelo MEC.

Vagas

São contemplados no Fies somente cursos no formato presencial. O programa não financia cursos no formato ensino à distância (EaD).

Mesmo no formato presencial, a oferta de vagas obedece a critérios estabelecidos pelo MEC, sendo priorizados, com 60% das oportunidades, cursos nas áreas de saúde, engenharia, computação e pedagogia.

Há também uma priorização de mesorregiões com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais baixo, como Nordeste e Norte.

É previsto também um número maior de vagas no Fies para cursos com melhor avaliação segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): 35% para cursos com conceito 5; 30% para os com conceito 4; 25% com conceito 3; e 10% para cursos recém-autorizados.

Pagamento

Tanto no Fies Juro Zero como no P-Fies, o estudante só começa a pagar a dívida contraída depois que se formar, na forma do contrato. A parcela devida é descontada na fonte.

Caso ainda não tenha emprego e renda formal, o financiamento será quitado em prestações mensais equivalentes ao pagamento mínimo, na forma do regulamento do CG-Fies.

Durante o curso, o estudante deve pagar apenas a parcela da mensalidade não incluída no financiamento e encargos operacionais ligados ao contrato, bem como um seguro de vida.

Cronograma de inscrição do Fies 2020

Após a complementação da inscrição, o pré-selecionado no Fies e P-Fies tem prazo de cinco dias para comparecer à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da instituição de ensino para análise de documentação.

A partir do terceiro dia útil imediatamente subsequente à data da validação da inscrição pela CPSA, o candidato selecionado tem 10 dias úteis para comparecer ao agente financeiro parceiro para apresentar a documentação exigida e formalizar a contratação do financiamento.

Edição: Fábio Massalli

Tags: Fies Fies 2020 inscrição no Fies Agência Brasil Explica

topo ↕

DE FATO - TEMPO REAL

Brasil terá mestrado de estudos clínicos em diabetes

Curso será ofertado no Hospital Universitário João de Barros Barreto, em Belém (PA)

O Brasil terá o primeiro mestrado voltado aos estudos clínicos em diabetes. O Hospital Universitário João de Barros Barreto da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA), oferecerá sua estrutura e a oportunidade do exercício de práticas ambulatoriais para os novos pós-graduados. O período para inscrições teve início no dia 2 de janeiro.

Serão 20 vagas para profissionais da área da saúde, sendo quatro dessas reservadas para o Programa de Apoio à Qualificação dos Servidores Docentes e Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Pará (PADT-UFPA). Os interessados podem se candidatar até 5 de fevereiro. Confira o edital completo.

O hospital é vinculado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) desde 2015. A unidade de saúde é referência no tratamento da diabetes e contribui para a produção de conhecimento científico sobre a doença na região. A UFPA possui autorização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** para ofertar o curso.

Para a superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA/Ebserh, Regina Barroso, além do curso ser inédito no Brasil, a estrutura oferecida permitirá também a prática ambulatorial. “A missão é formar profissionais qualificados para atender à população, por isso este curso representa um ganho a mais para a região amazônica, tanto para os mestrandos quanto para os pacientes que serão atendidos com qualidade”, explica.

O mestrado terá duas linhas de pesquisa:

Diagnóstico, tratamento de diabetes e suas complicações

Prevenção e qualidade de vida no diabetes

A seleção será feita por meio de prova escrita, análise de projeto e análise de currículo.

Para concorrer às vagas, o candidato deverá preencher a ficha de inscrição (Anexo I do Edital), realizar o pagamento e apresentar a documentação exigida no edital.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Fies 2020 abre inscrição em 5 de fevereiro e prevê oferta de 100 mil vagas Veja as regras para se inscrever no programa que financia mensalidade em cursos de universidades particulares para estudantes de baixa renda

Brasília — Criado em 2001, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação que tem como objetivo financiar, com juro real zero, no mínimo 50% da mensalidade em cursos de universidades particulares para estudantes de baixa renda. Em 2020, a oferta do programa é de 100 mil vagas.

Assim como no ano passado, neste ano o Fies terá uma edição em cada semestre. No primeiro semestre de 2020, as inscrições, que são gratuitas, ficarão abertas de 5 de fevereiro até as 23h59 de 12 de fevereiro. Os interessados devem acessar o site do programa e fazer um cadastro vinculado ao seu CPF.

Pode se candidatar o estudante de família com renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos e que tenha realizado qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde 2010, desde que tenha obtido ao menos 450 pontos de nota média. O candidato também não pode ter zerado a redação.

Os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, também podem participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

Pelo calendário do MEC, o resultado da primeira pré-seleção do Fies será divulgado em 26 de fevereiro. Quem não for pré-selecionado ainda pode ter uma segunda chance, ficando em uma lista de espera para o caso de algum pré-selecionado não confirmar sua inscrição.

A classificação é feita com base na nota do Enem, sendo dada preferência a quem nunca cursou nenhum curso superior. O candidato pode selecionar até três cursos de seu interesse que tenham vagas no Fies.

P-Fies

Numa outra modalidade, chamada de P-Fies, pode se inscrever o estudante que tenha renda familiar bruta mensal um pouco maior, de até cinco salários mínimos.

Nesse caso, as condições do financiamento, a juros mais baixos, são negociadas com algum agente financeiro que fica responsável pelo contrato.

Para se inscrever no P-Fies no primeiro semestre de 2020, o estudante ainda precisa atender aos mesmos critérios do Fies juro zero: nota mínima de 450 pontos nas provas do Enem e não ter zerado a redação.

A partir do segundo semestre de 2020, porém, poderão se inscrever no P-Fies qualquer estudante, sem a exigência de realização do Enem ou limite de renda familiar. As mudanças no programa foram anunciadas em dezembro pelo MEC.

Vagas

São contemplados no Fies somente cursos no formato presencial. O programa não financia cursos no formato ensino à distância (EaD).

Mesmo no formato presencial, a oferta de vagas obedece a critérios estabelecidos pelo MEC, sendo priorizados, com 60% das oportunidades, cursos nas áreas de saúde, engenharia, computação e pedagogia.

Há também uma priorização de mesorregiões com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais baixo, como Nordeste e Norte.

É previsto também um número maior de vagas no Fies para cursos com melhor avaliação segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): 35% para cursos com conceito 5; 30% para os com conceito 4; 25% com conceito 3; e 10% para cursos recém-autorizados.

Pagamento

Tanto no Fies Juro Zero como no P-Fies, o estudante só começa a pagar a dívida contraída depois que se formar, na forma do contrato. A parcela devida é descontada na fonte.

Caso ainda não tenha emprego e renda formal, o financiamento será quitado em prestações mensais equivalentes ao pagamento mínimo, na forma do regulamento do CG-Fies.

Durante o curso, o estudante deve pagar apenas a parcela da mensalidade não incluída no financiamento e encargos operacionais ligados ao contrato, bem como um seguro de vida.

Após a complementação da inscrição, o pré-selecionado no Fies e P-Fies tem prazo de cinco dias para comparecer à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da instituição de ensino para análise de documentação.

A partir do terceiro dia útil imediatamente subsequente à data da validação da inscrição pela CPSA, o candidato selecionado tem 10 dias úteis para comparecer ao agente financeiro parceiro para apresentar a documentação exigida e formalizar a contratação do financiamento.

topo 

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Capex seleciona professores de inglês para curso nos EUA

Iniciativa é uma das medidas do ministério para melhorar a qualidade da educação brasileira

A melhora na qualidade da educação brasileira está ligada à capacitação de professores. Por esse motivo, o Ministério da Educação, por meio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, vai selecionar cerca de 480 professores de língua inglesa para curso intensivo de seis semanas em universidades dos Estados Unidos.

A iniciativa, de cooperação internacional para formação de professores da educação básica, faz parte do Programa Desenvolvimento Profissional De Professores de Língua

Inglês nos EUA (PDPI). O edital de seleção foi publicado nesta segunda-feira, 23 de dezembro, no Diário Oficial da União.

O PDPI, promovido em parceria com a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright), vai atender professores concursados atuantes na rede pública estadual, municipal ou distrital. Além do fortalecimento das habilidades linguísticas de compreensão, fala, leitura e escrita em inglês, o curso prooverá a imersão no cotidiano da língua inglesa e o compartilhamento de metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação.

Inscrições – Os interessados podem se inscrever até o dia 14 de fevereiro por meio de formulário disponível no site www.fulbright.org.br. A seleção será baseada na verificação de documentos e no resultado do teste de proficiência. O resultado está previsto para o dia 20 de abril e as atividades acadêmicas devem ser desenvolvidas em território americano de 29 de junho a 07 de agosto de 2020.

Investimento – A seleção integra um conjunto de ações de capacitação de professores anunciado no início do mês pela **Capes**. Ao todo, a coordenação vai abrir 66 mil vagas para formação de estudantes de licenciatura e de professores que lecionam na educação básica. O investimento total é de R\$ 325 milhões.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Fies 2020 vai oferecer 100 mil vagas: saiba como se inscrever

Criado em 2001, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação que tem como objetivo financiar, com juro real zero, no mínimo 50% da mensalidade em cursos de universidades particulares para estudantes de baixa renda. Em 2020, a oferta do programa é de 100 mil vagas.

Assim como no ano passado, neste ano o Fies terá uma edição em cada semestre. No primeiro semestre de 2020, as inscrições, que são gratuitas, ficarão abertas de 5 de fevereiro até as 23h59 de 12 de fevereiro. Os interessados devem acessar o site do programa e fazer um cadastro vinculado ao seu CPF.

Pode se candidatar o estudante de família com renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos e que tenha realizado qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) desde 2010, desde que tenha obtido ao menos 450 pontos de nota média. O candidato também não pode ter zerado a redação.

Os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, também podem participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

Pelo calendário do MEC, o resultado da primeira pré-seleção do Fies será divulgado em 26 de fevereiro. Quem não for pré-selecionado ainda pode ter uma segunda chance, ficando em uma lista de espera para o caso de algum pré-selecionado não confirmar sua inscrição.

A classificação é feita com base na nota do Enem, sendo dada preferência a quem nunca cursou nenhum curso superior. O candidato pode selecionar até três cursos de seu interesse que tenham vagas no Fies.

P-Fies

Numa outra modalidade, chamada de P-Fies, pode se inscrever o estudante que tenha renda familiar bruta mensal um pouco maior, de até cinco salários mínimos.

Nesse caso, as condições do financiamento, a juros mais baixos, são negociadas com algum agente financeiro que fica responsável pelo contrato.

Para se inscrever no P-Fies no primeiro semestre de 2020, o estudante ainda precisa atender aos mesmos critérios do Fies juro zero: nota mínima de 450 pontos nas provas do Enem e não ter zerado a redação.

A partir do segundo semestre de 2020, porém, poderão se inscrever no P-Fies qualquer estudante, sem a exigência de realização do Enem ou limite de renda familiar. As mudanças no programa foram anunciadas em dezembro pelo MEC.

Vagas

São contemplados no Fies somente cursos no formato presencial. O programa não financia cursos no formato ensino à distância (EaD).

Mesmo no formato presencial, a oferta de vagas obedece a critérios estabelecidos pelo MEC, sendo priorizados, com 60% das oportunidades, cursos nas áreas de saúde, engenharia, computação e pedagogia.

Há também uma priorização de mesorregiões com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mais baixo, como Nordeste e Norte.

É previsto também um número maior de vagas no Fies para cursos com melhor avaliação segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): 35% para cursos com conceito 5; 30% para os com conceito 4; 25% com conceito 3; e 10% para cursos recém-autorizados.

Pagamento

Tanto no Fies Juro Zero como no P-Fies, o estudante só começa a pagar a dívida contraída depois que se formar, na forma do contrato. A parcela devida é descontada na fonte.

Caso ainda não tenha emprego e renda formal, o financiamento será quitado em prestações mensais equivalentes ao pagamento mínimo, na forma do regulamento do CG-Fies.

Durante o curso, o estudante deve pagar apenas a parcela da mensalidade não incluída no financiamento e encargos operacionais ligados ao contrato, bem como um seguro de vida.

Após a complementação da inscrição, o pré-selecionado no Fies e P-Fies tem prazo de cinco dias para comparecer à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) da instituição de ensino para análise de documentação.

A partir do terceiro dia útil imediatamente subsequente à data da validação da inscrição

CLIPPING



pela CPSA, o candidato selecionado tem 10 dias úteis para comparecer ao agente financeiro parceiro para apresentar a documentação exigida e formalizar a contratação do financiamento.

